

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 016/2026

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS EM ATENDIMENTO
AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES.**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/05/2026 às 08:30h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO GLOBAL**

**MODO DE DISPUTA:
ABERTO**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
NÃO**

PREÂMBULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

Processo Administrativo nº 029/2026

Torna-se público que o **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS**, CNPJ n. 19.493.732/0001-99, com endereço na Praça Antônio Alves da Costa, n.300, Vila São Pedro, cidade de Araxá/MG, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. Frederico Ozanam Rangel – Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG através do Pregoeiro Sr. Luiz Claudio Ferreira e equipe de apoio designados pela Portaria nº 002/2026 realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e Portarias nº 11/2023, 18/2023, 21/2023, 31/2024, 001/2025 e 22/2025, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 22/05/2026 às 08:30h

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 22/05/2026 às 08:30h

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES.**

1.2. A licitação será de menor preço global, conforme exigências constantes do Termo de Referência - **ANEXO I.**

1.3. São participantes do presente processo licitatório:

MUNICÍPIOS		DISTÂNCIA ESTIMADA DA SEDE ARAXÁ (CIMINAS)	POPULAÇÃO (Nº HAB)
1	CATAGUASES	655 KM	67.872
2	MARIANA	466 KM	64.506
3	NOVA SERRANA	241 KM	112.910
4	SABARÁ	384 KM	134.286
5	CAETÉ	417 KM	39.850
6	DORES DO INDAIÁ	203 KM	12.786
7	ITAPECERICA	292 KM	21.462
8	NEPOMUCENO	359 KM	25.774
9	PLANURA	224 KM	11.484
10	VAZANTE	265 KM	20.459
11	ARAPUÁ	175 KM	2.674
12	CAPETINGA	215 KM	6.627
13	ESTRELA DO INDAIÁ	212 KM	2.750
14	ESTRELA DO SUL	195 KM	6.926
15	GUIMARÃIA	123 KM	8.808
16	JAPARAÍBA	231 KM	4.672
17	LAGAMAR	237 KM	6.672
18	MORADA NOVA DE MINAS	334 KM	9.364
19	PEDRINÓPOLIS	78 KM	3.404
20	PRATÁPOLIS	256 KM	8.551
21	SANTA ROSA DA SERRA	131 KM	3.476
22	TAPIRA	56 KM	4.212
23	TAPIRAÍ	148 KM	1.707
TOTAL DE HABITANTES			581.232

Fonte: Censo IBGE 2022 – População estimada para 2024

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços e legislação vigente.
- 2.2. O Artigo 6º da Lei Federal de nº 14.133/2021 em seu inciso XLV prevê que o Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

- 2.3.** Deverá ser observado neste certame as disposições contidas no Artigo 82 e incisos da Lei Federal de nº 14.133/2021, sendo que a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Consórcio Público CIMINAS a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- 2.4.** Por se tratar de licitação na Modalidade Registro de Preços, o Município ou Órgão, poderão contratar quaisquer quantitativos que entenderem, não tendo ainda obrigação de efetuarem quaisquer contratações, razão pela qual, não constará reservado quantitativos para os Municípios, pois as contratações irão depender do interesse público, da demanda de obras e serviços, da conveniência administrativa e da disponibilidade de recursos financeiros.
- 2.5.** Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.
- 2.6.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso e o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, conforme disposto no Artigo 84º da Lei Federal de nº 14.133/2021.

2.7. DO AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.7.1.** Neste certame foi obedecido o disposto no Caput do Artigo 86º da Lei Federal de nº 14.133/2021, quando foi devidamente publicado no Site do CIMINAS o Aviso de Manifestação de Intenção de Registro de Preços, tendo sido publicado no dia 11 de março de 2026, obedecido o prazo mínimo legal de 08 (oito) dias úteis.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que estiverem previamente credenciados no portal LICITANET (www.licitanet.com.br).
- 3.2.** Os interessados devem possuir ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.
- 3.3.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

- 3.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item 4.4 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.6.** A não observância do disposto no item 4.5 poderá ensejar desclassificação ou inabilitação.
- 3.7.** Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI.
- 3.8.** O valor previsto para o presente Edital é superior aos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n. 8.538, de 2015 e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.9.** Poderão participar da licitação pessoas jurídicas reunidas ou não sob a forma de consórcio, sendo vedada a participação de empresas consorciadas em mais de um consórcio ou isoladamente, bem como a participação de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio.
- 3.10.** As pessoas jurídicas que participarem organizadas em consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos exigidos neste Edital, comprovação de compromisso público de constituição de consórcio, subscrito pelos municípios ou órgãos, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciado, bem como a etapa da participação na execução dos serviços objeto da presente licitação, nos termos do disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.11.** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de execução do objeto licitatório até sua aceitação definitiva.

3.12. A eventual substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo município aderente demandante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório.

3.13. A não comprovação de habilitação jurídica e qualificação técnica de alguma empresa integrante ao consórcio, resultará na **DESCCLASSIFICAÇÃO** da mesma.

3.14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- 3.14.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 3.14.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 3.14.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- 3.14.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 3.14.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 3.14.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 3.14.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições

análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

- 3.14.8.** O impedimento de que trata o item 4.14.4, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.14.9.** O licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.14.10.** A critério do CIMINAS e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem o 4.14.1.2 e 4.14.1.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.14.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.14.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.14.13.** O disposto no item 4.14.2 e seguintes, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.14.14.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

- 3.14.15.** Que constem no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e/ou tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público.
- 3.14.16.** Impedidas de licitar ou contratar com a contratante, bem como, com os municípios e sua Administração Direta e Indireta.
- 3.14.17.** Inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF como impedidas ou suspensas, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 3.14.18.** Que constem no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.
- 3.14.19.** Sob processo Recuperação Judicial ou Falência, conforme dispõe a Lei Federal nº 11.101/2005.
- 3.14.20.** É possível a participação de empresa em Recuperação Judicial no processo licitatório, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2a Cam., DOU de 04.10.2011).
- 3.14.21.** A empresa em recuperação judicial deve apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do artigo 58 da Lei Federal nº 11.101/2005.
- 3.14.22.** A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.14.23.** Os documentos necessários à habilitação que foram juntados à plataforma eletrônica de licitações, serão objetos de conferência e autenticação pelos servidores designados como Agente de Contratação Responsável e/ou Equipe de Apoio.
- 3.14.24.** Não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, de acordo com as hipóteses previstas no artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021 e neste edital.

- 3.14.25.** Os preços contratuais serão reajustados monetariamente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o decurso da anualidade da data do orçamento estimado, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), ou outro índice oficial que venha a sucedê-lo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, em conformidade com o disposto no art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.14.26.** O índice de reajustamento de preço será o INPC/IBGE. Caso este índice seja extinto ou deixe de ser divulgado pelo órgão oficial competente, será adotado outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos dos insumos relacionados ao objeto contratual, mediante justificativa técnica e aprovação do Consórcio.
- 3.14.27.** O primeiro reajuste somente ocorrerá após o decurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, mesmo que a execução contratual se inicie em data posterior.
- 3.14.28.** Os reajustes subsequentes observarão o mesmo intervalo anual, tendo como termo inicial a data do último reajuste aplicado.
- 3.14.29.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 01 (um) ano, a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 3.14.30.** Ficam ressalvadas as situações previstas no artigo 124 da Lei n. 14.133/2021.
- 3.14.31.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 4.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão Eletrônico, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.licitanet.com.br, sob pena de não conhecimento.
- 4.2.** Caberá ao Pregoeiro Responsável responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre a impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, bem como ao Departamento requisitante do objeto do certame.
- 4.3.** Qualquer modificação no Edital exigirá divulgação pelo mesmo instrumento de

publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardando o tratamento isonômico aos licitantes.

- 4.4.** A impugnação não possui efeito suspensivo, assim sendo, o proponente/licitante que interpor a impugnação não estará impedido de participar do certame.
- 4.5.** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 4.6.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.2.1.** Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.2.2.** Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.2.3.** Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.2.4.** Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

- 5.2.5.** Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.2.6.** Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- 5.2.7.** Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- 5.2.8.** Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- 5.2.9.** Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021. () Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos.
- 5.2.10.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.11.** O fornecedor classificado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar sua condição no campo específico do sistema eletrônico. No entanto, em razão do elevado valor da contratação, este processo não concederá os benefícios previstos para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme vedação estabelecida no Art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2.12.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no

- certame, para aquele item.
- 5.2.13.** A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.2.14.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.2.14.1.** Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 5.2.14.2.** Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.2.15.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela contratante ou de sua desconexão.
- 5.2.16.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 5.2.17.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.2.18.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

- 5.2.19.** A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro Responsável.
- 5.2.20.** Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.
- 5.2.21.** A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades legalmente previstas (artigo 90, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021), sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou pela revogação da licitação.
- 5.2.22.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 5.2.23.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 5.2.24.** Caso o licitante arrematante do certame não tenha apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será este inabilitado, podendo ser aplicadas as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocado o próximo seguindo a ordem de classificação.
- 5.2.25.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 5.2.26.** Todas as entregas deverão ocorrer no endereço informado na Ordem de Fornecimento da contratante ou de cada município, órgão ou entidade.
- 5.2.27.** A documentação referente a Habilitação somente será solicitada dos licitantes vencedores após fase de disputa, não havendo necessidade do envio em conjunto ao cadastramento da proposta.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1.** Valor unitário e total;

- 6.1.2. Marca;
 - 6.1.3. Fabricante;
 - 6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.4. As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.
- 6.5. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro.
- 6.6. Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.8. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal LICITANET e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as do TERMO DE REFERÊNCIA.
- 6.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 6.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.13. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 6.14. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 7.13.
- 6.15. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos licitantes ou contratados pode ensejar, após o devido processo legal, a responsabilização junto ao Tribunal de Contas da União, assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Em seguida, iniciará a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item ou do lote quando for o caso.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO.
- 7.10. Para o envio de lances no pregão eletrônico no modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 7.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.
- 7.21.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.26.** Caso a empresa ou melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 7.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.29. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.31. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.32. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro. O Pregoeiro poderá também liberar a atualização de proposta manual diretamente na plataforma para que o fornecedor faça o preenchimento do(s) valor(es) do(s) item(s) do(s) lote(s) livremente caso entenda necessário.
- 7.33. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.34. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

- 8.2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estipulado no orçamento estimado da contratação.
- 8.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.3.1. Contiver vícios insanáveis.
 - 8.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.
 - 8.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 8.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
 - 8.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco) do valor orçado pela Administração.
- 8.5. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.5.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
 - 8.5.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.
- 8.8. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 8.9. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não

alterem a substância das propostas.

- 8.10.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.12.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.13.** Conforme disposto no § 3º do Artigo 17º da Lei Federal de nº 14.133/2021, na fase de julgamento, o Consórcio CIMINAS, poderá em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, exames de conformidade e prova de conceito, amostras, dentre outros testes de interesse, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no Termo de Referência ou no projeto básico.
- 8.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1.** As declarações obrigatórias conforme Lei 14133/2021 são atestadas pelo licitante no ato de cadastramento da proposta via sistema, não havendo necessidade de

envio de declarações em conjunto aos documentos de habilitação.

9.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira são:

9.2.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com as respectivas alterações, se houver, devidamente registrado e arquivado na repartição competente.

9.2.1.1. Poderá ser apresentada somente a última alteração contratual, em atendimento ao subitem anterior, desde que esteja devidamente consolidada às demais alterações.

9.2.1.2. OBSERVAÇÃO: O(s) ramo(s) de atividade(s) constante(s) do Objeto Social (principal e/ou secundárias) deverá(ão) ser compatível(is) com o objeto ora licitado.

9.2.1.3. Documentos pessoais dos sócios/administradores.

10. QUALIFICAÇÃO

TÉCNICA

10.1. Para garantir a qualidade, a conformidade técnica e a funcionalidade dos equipamentos de refrigeração e purificação de água a serem adquiridos, as empresas participantes deste Pregão Eletrônico deverão cumprir os seguintes requisitos de qualificação técnica:

10.1.1. Atestados de Capacidade Técnica

10.1.1.1. As licitantes deverão apresentar no mínimo um (1) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante realizou a venda/entrega compatível com o objeto desta licitação, de maneira satisfatória.

10.1.1.2. O atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá vir assinado pelo representante legal da empresa emitente, devidamente comprovado, ou por seu Procurador (procuração pública).

10.1.1.3. O atestado deverá comprovar a aptidão para o fornecimento de

equipamentos de refrigeração e/ou eletrodomésticos de porte, tais como bebedouros, refrigeradores, freezers ou similares, que utilizem sistema de compressão, em quantidades e características similares ou superiores às solicitadas neste Edital, para órgãos públicos ou empresas privadas.

10.1.1.4. O atestado deve conter, no mínimo:

- 10.1.1.4.1.** Nome e CNPJ da entidade emitente.
- 10.1.1.4.2.** Nome e CNPJ da empresa licitante.
- 10.1.1.4.3.** Descrição detalhada dos itens fornecidos (tipos de equipamentos, modelos, quantidades, especificações técnicas relevantes).
- 10.1.1.4.4.** Período de execução do fornecimento.
- 10.1.1.4.5.** Declaração do responsável pela emissão atestando a boa execução dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais.
- 10.1.1.4.6.** Nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão.
- 10.1.1.4.7.** Solicitar um atestado de capacidade técnica é fundamental para verificar se a empresa licitante possui experiência prévia na execução de serviços semelhantes aos que estão sendo licitados.

10.1.1.5. Esta exigência garante que a empresa tenha um histórico de desempenho satisfatório e conhecimento das particularidades do serviço.

10.1.1.6. O CIMINAS se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os serviços prestados, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, Notas Fiscais e/ou outros documentos comprobatórios da execução dos serviços.

10.1.2. Comprovação de Serviços Equivalentes: Exigir que os atestados ou certidões de capacidade técnica demonstrem serviços anteriores

equivalentes ou superiores ao objeto da licitação assegura que a empresa tem a expertise necessária para lidar com características, quantidades e prazos. Isso contribui para a realização de um processo de contratação transparente e para a escolha da empresa mais qualificada para atender às necessidades dos municípios ou órgãos.

- 10.1.3.** Declaração de que a empresa assume ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar quaisquer municípios pertencentes ao consórcio.

11. A HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 11.1.** Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 11.2.** Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;
- 11.3.** Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, da sede da licitante;
- 11.4.** Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município sede da licitante;
- 11.5.** Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- 11.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei.
- 11.7.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, preferencialmente, com número do CNPJ endereço respectivo, observando-se que:
- 11.7.1.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da

matriz;

11.7.2. Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial.

12. HABILITAÇÃO

ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor ou distribuidores da sede da pessoa jurídica, dentro de um prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão pública inicial da licitação ou dentro do prazo de validade constante do próprio documento.

12.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (nas conformidades do Art. 69, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021), apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

12.3. Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

12.3.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 consideradas assim como Sociedades Anônimas ou S/A:

12.3.1.1. Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

12.3.1.2. Publicados em Diário Oficial; e

12.3.1.3. Publicados em jornal de grande circulação; ou

12.3.1.4. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

12.4. Sociedades de responsabilidade limitada (LTDA):

- 12.4.1.** Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou
- 12.4.2.** Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.¹
- 12.4.3.** Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital-SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2019.

12.5. Sociedade criada no exercício em curso:

- 12.5.1.** Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 12.5.2.** A comprovação da boa situação financeira da licitante será confirmada por documento assinado pelo contador da licitante legalmente habilitado junto ao CRC (Conselho Regional de Contadores) demonstrando que a empresa apresenta, perante o seu último balanço patrimonial exigível, “Índice de Liquidez Geral (LG)”, “Índice de Solvência Geral (SG)” e “Índice de Liquidez Corrente (LC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR
A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

PC

Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A
1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Legenda:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

AT	=	Ativo	Total
----	---	-------	-------

12.6. JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS – os índices contábeis indicados neste edital são os mais utilizados nas contratações públicas e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

12.7. Declaração assinada por contador atestando os índices acima calculados.

12.8. Além das declarações do item 6.11 o licitante deve assinar no sistema eletrônico as seguintes **DECLARAÇÕES:**

12.8.1. que não incorre nas condições impeditivas do art. 14º da lei 14.133/21.

12.8.2. estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, sob as penas da lei;

12.8.3. que não possui no quadro societário, servidor público da ativa, da administração direta ou indireta da contratante e dos municípios, em atendimento à vedação disposta no inciso XII do artigo 18 da Lei Federal nº 12.708/2012, sendo da sua inteira responsabilidade a fiscalização desta vedação;

- 12.9.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 12.10.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 12.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 12.11.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - 12.11.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 12.12.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 12.13.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 12.14.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 12.15.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em

razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

- 12.16.** As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.
- 12.17.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;
- 12.18.** Após julgamento da proposta, será aberto o prazo de 2 (duas) horas para os(as) licitantes vencedores(as) para envio dos documentos de Habilitação conforme estabelecido no inciso II, Art 63 da Lei 14.133/2021.
- 12.19.** Quanto aos documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, também serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.
- 12.20.** Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro Responsável a verificação de documento cuja validade possa ser confirmada via Internet, desde que, na fase de habilitação, a sua verificação seja possível em sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo ser tais documentos juntados ao processo. Todavia, ficará sob sua inteira responsabilidade a acessibilidade aos ditos documentos, podendo a impossibilidade de realização da consulta acarretar sua inabilitação.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 13.2.1.** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

13.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14. DO RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas correrão na dotação orçamentária designada por cada município.

14.2. Os valores estimados de preços por município participante será para 12 (doze) meses e ou 24 (vinte e quatro) meses, caso o CIMINAS, resolva prorrogar a ATA, nas formas do artigo 84º da lei federal 14.133/2021.

15. DOS RECURSOS

15.1. Caso ocorra a inversão de fases, os licitantes poderão apresentar recursos após a fase de habilitação e após a fase de julgamento das propostas.

15.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.3. Serão abertos prazos de manifestação de intenção de recurso em dois momentos, o primeiro após a fase de disputa, e o segundo após a fase de habilitação, as manifestações da fase de disputa serão analisadas após findo o prazo de manifestação na fase de habilitação conforme Art 40 da IN 73/2022.

- 15.4.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 15.5.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 15.5.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 15.5.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 15.5.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 15.5.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 15.6.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 15.7.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.8.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 15.9.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.10.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.11.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.12.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na

sede da CIMINAS.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:

16.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 16.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 16.1.2. Realizar a entrega dos itens na forma preceituada pelo Edital de Licitação, observadas as especificações técnicas declinadas neste Termo de Referência.
- 16.1.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes de no mínimo: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- 16.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 16.1.5. Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo.
- 16.1.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 16.1.7. É de responsabilidade da Contratada vencedora todas as despesas e encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços.
- 16.1.8. A Contratada deverá fornecer mensalmente ao CIMINAS um **relatório detalhado dos quantitativos dos itens fornecidos ou serviços executados durante o período**. Este relatório é essencial para o controle, acompanhamento da execução contratual e gestão dos recursos.

16.1.8.1. O relatório mensal deverá conter, no mínimo, as seguintes informações para cada item/serviço prestado:

16.1.8.1.1. Identificação do Item/Serviço: Código, descrição completa e unidade de medida.

16.1.8.1.2. Quantitativo Fornecido/Executado no Mês: A quantidade exata de cada item entregue ou serviço realizado no período de referência.

16.1.8.1.3. Quantitativo Acumulado no Contrato: A soma total dos quantitativos do item/serviço desde o início da vigência do contrato.

16.1.8.1.4. Local(is) de Entrega/Execução: O(s) município(s) ou local(is) específico(s) onde o fornecimento/serviço ocorreu.

16.1.8.1.5. Data(s) de Entrega/Execução: As datas em que cada fornecimento/serviço foi realizado.

16.1.8.1.6. Saldo Contratual (se aplicável): A quantidade restante de cada item/serviço a ser fornecida/executada, considerando o total contratado.

16.1.8.2. O relatório deverá ser apresentado em formato digital - planilha eletrônica compatível com Microsoft Excel, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços ou fornecimento dos itens.

16.1.8.3. A ausência ou apresentação inadequada do relatório poderá ensejar retenção de pagamento e/ou aplicação das sanções contratuais cabíveis.

16.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital e este termo de referência.

16.2.2. Comunicar a empresa vencedora de todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto, rejeitando, no todo ou em parte, o bem entregue ou executado fora da especificação deste Termo de Referência.

16.2.3. Pagar a importância correspondente, após a entrega dos bebedouros pela Contratada vencedora, no prazo pactuado, mediante notas fiscais, devidamente atestadas.

- 16.2.4.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 16.2.5.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 16.2.6.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 16.2.7.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- 16.2.8.** Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da citada Lei, ou pelos respectivos substitutos, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 16.2.8.1.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.
- 16.2.8.2.** O representante da Administração Solicitante anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 16.2.8.3.** A Administração solicitante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17. DA GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 17.6. As exigências e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto.
- 17.7. Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta licitação os fiscais designados nos futuros Contratos dos respectivos municípios aderentes observados as legislações vigentes.
- 17.8. Na ocorrência de atrasos na entrega, a CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas na lei e no edital de convocação.
- 17.9. A fiscalização do objeto desta licitação ficará a cargo do município contratante, juntamente com o técnico responsável que será designado para tal finalidade, observados as legislações vigentes.
- 17.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor expressamente designado pelo CONTRATANTE, que, entre outras atribuições,

atestar a realização do objeto em conformidade com o previsto neste instrumento.

17.10.1. A FISCALIZAÇÃO fica impedida de atestar a realização do objeto fora das especificações técnicas estabelecidas.

17.10.2. O objeto realizado em desacordo com as especificações não impede a ação fiscal posterior e retenção de pagamentos.

17.10.3. A fiscalização do objeto licitado incluirá, de forma contínua, a monitoração e a avaliação do cumprimento dos Níveis de Serviço (SLA) definidos, através da análise de relatórios, acesso a sistemas de gestão da Contratada e auditorias periódicas.

17.10.4. Qualquer deficiência ou inadequação na prestação do serviço que comprometa o SLA será devidamente notificada, registrada e poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

18.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

18.2.4. deixar de apresentar amostra quando solicitado;

18.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

18.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

18.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

18.2.9. fraudar a licitação.

18.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.2.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.2.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.2.10.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

18.2.10.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.2.10.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

18.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.3.1. advertência;

18.3.2. multa;

18.3.3. impedimento de licitar e contratar e

18.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

18.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

- 18.4.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 18.6.** Para as infrações previstas nos itens 17.1.1 e 17.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 18.7.** Para as infrações previstas nos itens 17.2.8 e 17.2.10, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 18.8.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 18.9.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 18.10.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.2.8 e 17.2.10, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 18.11.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.1, 17.2, 17.2.8 e 17.2.10, bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 18.12.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.2.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

- 18.13.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 18.14.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 18.15.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 18.16.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 18.17.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19. DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 19.1.** As condições de fornecimento e recebimento do objeto da licitação serão realizadas de acordo com o disposto no ANEXO I – Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar - ETP.

20. DO

PAGAMENTO

- 20.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 20.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação

aplicável.

- 20.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 20.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21. DAS

DISPOSIÇÕES

GERAIS

- 21.1.** Caberá à CONTRATADA refazer a entrega dos produtos licitados (sem ônus para a contratante) sempre que os produtos estiverem em desacordo com as especificações deste termo de referência.
- 21.2.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 21.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 21.4.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 21.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em

dias de expediente na Administração.

- 21.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 21.11.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, em www.licitanet.com.br e ciminas.mg.gov.br/licitacoes.
- 21.12.** As adesões são permitidas, desde que haja a anuência do órgão gerenciador/contratante e **CONTRATADA.**
- 21.13.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência
ANEXO II – Ata de Registro de Preço
ANEXO III – Minuta Contratual
ANEXO IV- Matriz de riscos contratuais

Araxá/MG, 05 de maio de 2026

Elvio César Bezerra
CIMINAS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREÂMBULO

Em atendimento às solicitações dos municípios ou órgãos e do próprio CIMINAS, por deliberação do Diretor Executivo do Consórcio Interfederativo de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007, e ainda Protocolo e Estatuto inscrita no CNPJ sob o nº 19.493.732/0001-99, integra a administração indireta de todos os entes consorcia, elaboramos o presente Termo de Referência, contendo as informações necessárias para dar subsídio à instauração de procedimento licitatório, **DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, visando à futura e eventual contratação, com fulcro nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023, pelo Sistema de Registro de Preços (**SRP**), na observância às disposições constantes nas portarias mencionadas da CIMINAS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES.

Conforme exigência legal, o **CIMINAS - Consórcio Interfederativo de Minas Gerais** realizou pesquisa de preços de mercado junto aos bancos de preços que são disponibilizadas pelos entes federativos e empresas públicas, e apurou a estimativa presente na Planilha Orçamentária, para atendimento das cidades que compõem o consórcio. Os valores descritos correspondem a integral e total remuneração que será repassada à empresa contratada a qualquer título, seja de mão de obra, equipamentos, maquinário, veículos e insumos necessários à execução dos serviços conforme este Termo de Referência.

1. DA COMPRA COMPARTILHADA

- 1.1 O Consórcio Interfederativo de Minas Gerais objetivando o atendimento de demandas advindas dos municípios e órgãos, torna público o presente procedimento licitatório, tendo em vista o abastecimento e a celeridade na aquisição dos itens pleiteados.
- 1.2 A legislação brasileira que rege as licitações públicas autoriza a realização de licitação compartilhada por consórcio público. O tema já era disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, art. 112, §1º, proveniente de alteração legislativa contida no âmbito da Lei 11.107/2025, que rege os consórcios públicos, e autoriza aos Consórcios Públicos a realização licitação, da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos Municípios.

1.3 O Decreto Federal nº 6.017/2007, que regulamenta a Lei nº 11.107/05 e dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, denota que os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes que se consorciarem, admitindo-se, entre outros, os seguintes:

- I - a gestão associada de serviços públicos;
- II - a prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos municípios;
- III - o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;
- IV - a produção de informações ou de estudos técnicos.

1.3.1 Além disso, ainda no mesmo decreto explana em seu dispositivo legal:

Art. 19. Os consórcios públicos, se constituídos para tal fim, podem realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

1.3.2 A Lei Federal 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) inova ainda mais ao dispor em seu conteúdo jurídico o seguinte:

Art. 181. Os entes federativos instituirão centrais de compras, com o objetivo de realizar compras em grande escala, para atender a diversos órgãos e entidades sob sua competência e atingir as finalidades desta Lei.

Parágrafo único. No caso dos Municípios com até 10.000 (dez mil) habitantes, serão preferencialmente constituídos consórcios públicos para a realização das atividades previstas no **caput** deste artigo, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

1.4 Nesse caso, o consórcio atuará apenas como órgão gerenciador e interessado, com amparo técnico e logístico para os seus consorciados, responsabilizando-se pela condução e gerenciamento dos procedimentos licitatórios.

1.5 Alcançar este resultado corrobora com o papel desempenhado pelo órgão na busca incessante por melhores práticas nas compras governamentais compartilhadas, com aumento da economia de escala, celeridade e segurança, sempre em observância aos preceitos esculpidos na legislação que envolve a matéria das aquisições públicas coletivas, assunto tão prestigiado na Nova Lei de Licitações que, há muito, parece ser uma realidade para os municípios que integram o CIMINAS.

- 1.6 O CIMINAS preza atuar sempre de modo articulado com seus municípios integrantes, gerando credibilidade na gestão de suas compras, assim como conscientizando os Municípios e os órgãos a estimarem suas demandas (quantitativos anuais por lotes), o mais próximo à realidade de suas localidades, bem como fiscalizando seus contratos, aplicando penalidades se necessário e, sobretudo, zelando pela segurança jurídica em suas aquisições.
- 1.7 É necessário ter como primazia às boas práticas públicas, seja nas compras governamentais, onde a Administração Pública deve estabelecer confiança mútua em suas contratações, seja mediante seu papel regulamentador, com uma fiscalização mais atuante e efetiva participação de servidores capacitados para bem exercer suas funções.
- 1.8 Por tudo que foi dito, é notória a importância do CIMINAS para os municípios participantes, especialmente, pela articulação de alternativas para as necessidades locais, e, sobretudo, pelas demandas exitosas na área de gestão pública, neste caso especial, na administração geral. Fica assim demonstrado que a economia de escala foi bastante expressiva, não apenas por contribuir com a redução dos gastos públicos, como, também, por favorecer as demandas dos Municípios ou Órgãos do CIMINAS.
- 1.9 Deste modo, conclui-se que a compra compartilhada a ser realizada pelo CIMINAS é uma estratégia eficiente e eficaz, pois causa diminuição de custos e maior oferta de produto, gerando segurança na hora da execução daquilo que fora contratado, sendo indispensável para os municípios, pois causa diminuição de custos e maior oferta de produto, gerando segurança na hora da execução daquilo que fora contratado, sendo indispensável para os municípios que formalizarem a intenção de Registro de preço.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1 O presente processo licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, tem como objetivo o **Registro de Preços** para aquisição de bebedouros. Essa medida visa atender às necessidades dos municípios consorciados ao **Consórcio Interfederativo Minas Gerais - CIMINAS**.

2.2 Vantagens da Aquisição Conjunta (Consórcio)

- 2.2.1 A aquisição de bebedouros por meio do CIMINAS, garante economia de escala e melhores condições de compra para os municípios consorciados. Ao unir as demandas, é possível obter preços mais competitivos, devido ao maior volume negociado, o que seria inviável para cada município de forma isolada.

Essa sinergia otimiza o uso dos recursos públicos e fortalece a capacidade de investimento das administrações municipais.

2.3 Necessidade e essencialidade dos itens

2.3.1 Da garantia da saúde e dignidade humana

2.3.1.1 A presente contratação fundamenta-se, primordialmente, no dever da Administração Pública de garantir condições adequadas de saúde, higiene e bem-estar tanto aos seus servidores e colaboradores, quanto aos usuários (cidadãos) que buscam atendimento nas unidades demandantes. O acesso à água potável e refrigerada é um direito básico e essencial, sendo o bebedouro o meio técnico adequado para assegurar a hidratação contínua em ambientes de trabalho e de espera, prevenindo enfermidades e promovendo a dignidade no serviço público.

2.4 Da conformidade com a segurança do trabalho (NR-24)

2.4.1 A aquisição visa atender às determinações da Norma Regulamentadora nº 24 (NR-24) do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de água potável, fresca e em condições higiênicas aos trabalhadores, em todos os locais de trabalho. A ausência ou precariedade desses equipamentos sujeita a Administração a passivos trabalhistas e sanções administrativas, além de comprometer a produtividade e o clima organizacional.

2.5 Da economicidade e sustentabilidade (logística reversa)

2.5.1 A substituição de equipamentos antigos e ineficientes por novos modelos com Selo Procel de Eficiência Energética (Classificação A) justifica-se pela redução direta nos custos operacionais de energia elétrica e manutenção. Além disso, a padronização dos bebedouros facilita a gestão do patrimônio e permite a exigência de sistemas de filtragem modernos (Certificação INMETRO), reduzindo a dependência da aquisição de água mineral em galões plásticos descartáveis, o que corrobora com os princípios da Logística Sustentável previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

2.6 Da essencialidade na continuidade do serviço público

2.6.1 Considerando o fluxo de pessoas e as condições climáticas regionais, a disponibilidade de bebedouros operacionais é considerada item de natureza essencial, de modo que a interrupção no fornecimento de água refrigerada impacta diretamente na qualidade do atendimento ao público e na salubridade dos recintos públicos, tornando a aquisição indispensável e inadiável para a manutenção das atividades institucionais.

2.7 Vantagens do Sistema de Registro de Preços (SRP)

2.7.1 A opção pelo **Sistema de Registro de Preços é a mais adequada para este objeto, pois confere flexibilidade e agilidade** aos municípios. As principais vantagens incluem:

2.7.1.1 Não obrigatoriedade de aquisição imediata: Os municípios podem aderir à ata de registro de preços conforme suas necessidades e disponibilidade orçamentária, sem a obrigação de adquirir a totalidade dos itens registrados.

2.7.1.2 Otimização do tempo: Evita a necessidade de múltiplos processos licitatórios para cada município, reduzindo custos administrativos e tempo de tramitação.

2.7.1.3 Planejamento estratégico: Permite que os órgãos demandantes planejem a expansão de suas redes de atendimento especializado e a implantação das salas multissensoriais ao longo da vigência da ata de Registro de Preços, garantindo a padronização dos kits sensoriais e a manutenção dos preços e condições técnicas inicialmente estabelecidos.

2.8 Vantagens da modalidade Pregão Eletrônico

2.8.1 A escolha da modalidade Pregão Eletrônico é a mais indicada por ser um procedimento rápido, transparente e competitivo. Suas vantagens incluem:

2.8.1.1 Ampla concorrência: Permite a participação de fornecedores de qualquer lugar do país, aumentando a competitividade e, consequentemente, obtendo propostas mais vantajosas para a administração pública.

2.8.1.2 Celeridade: Reduz o tempo de duração do processo licitatório.

2.8.1.3 Transparência e publicidade: Todas as etapas do pregão são realizadas em ambiente online, com acesso público, garantindo a lisura e o controle social do processo.

2.8.2 A abertura deste processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico e sob o Sistema de Registro de Preços, é plenamente justificada. A presente contratação visa suprir a carência dos órgãos demandantes por equipamentos de refrigeração e purificação de água, essenciais para a

manutenção das condições de salubridade, higiene e conforto nas repartições públicas, escolas e unidades de saúde.

2.8.3 A modalidade de registro de preços para este objeto mostra-se ideal, pois permite o atendimento a demandas parceladas e imprevisíveis, garante ganho de escala na padronização dos equipamentos, assegura a transparência no processo e otimiza os investimentos públicos, evitando o desperdício e assegurando a disponibilidade de água potável aos servidores e cidadãos.

2.8.4 A ação conjunta, por meio do CIMINAS, consolida a força e o propósito do consórcio ao promover a economia de escala e a eficiência na gestão de compras públicas, gerando benefícios diretos, tangíveis e economia aos cofres de todas as administrações municipais envolvidas.

3. CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA

3.1 Este Termo de Referência visa padronizar e detalhar a aquisição de equipamentos de refrigeração e purificação de água (bebedouros), com o intuito de atender às demandas administrativas e operacionais dos entes que integram o consórcio CIMINAS.

3.2 A disponibilização de água potável, filtrada e em temperatura adequada é pilar fundamental para a efetivação das políticas de saúde pública e segurança do trabalho, garantindo a dignidade, o bem-estar e a salubridade dos ambientes para servidores e cidadãos usuários dos serviços públicos.

3.3 A presente demanda surge da necessidade crítica de implementar e renovar a infraestrutura de hidratação nas unidades administrativas, escolares e de saúde, superando a carência de equipamentos modernos e eficientes nos órgãos demandantes. atualmente, a rede enfrenta desafios relacionados ao desgaste natural de aparelhos obsoletos, alto custo de manutenção corretiva e baixa eficiência energética, o que gera lacunas no atendimento dos requisitos higiênico-sanitários e nas normas regulamentadoras de saúde ocupacional (NR-24).

3.4 A aquisição dos bebedouros visa padronizar a excelência do atendimento público, garantindo que o aparato estatal disponha de recursos de purificação com certificação de qualidade (INMETRO) e alto desempenho de refrigeração, essenciais para a promoção da saúde, prevenção de enfermidades hídricas e para a manutenção de um ambiente público apropriado e acolhedor.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

4.1 Da garantia do mínimo existencial e saúde pública

- 4.1.1** A presente contratação fundamenta-se no dever intransferível da Administração Pública de assegurar condições dignas de higiene e saúde aos seus servidores, colaboradores e, primordialmente, aos cidadãos usuários dos serviços públicos. O acesso à água potável, filtrada e refrigerada é um componente essencial da dignidade humana e um requisito básico de saúde pública, atuando na prevenção de patologias hídricas e garantindo o bem-estar em ambientes de atendimento coletivo, especialmente em regiões de elevadas temperaturas.

4.2 Do cumprimento das normas regulamentadoras (NR-24)

- 4.2.1** A aquisição visa à estrita observância da Norma Regulamentadora nº 24 (NR-24) do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de água potável em condições higiênicas, sendo vedado o uso de recipientes coletivos. A atualização do parque de bebedouros assegura que a Administração Pública não incorra em omissões que possam gerar passivos trabalhistas ou sanções por parte dos órgãos de fiscalização do trabalho.

4.3 Da eficiência administrativa e redução de custos operacionais

- 4.3.1** Justifica-se a substituição de equipamentos obsoletos em razão do alto custo de manutenção corretiva e do excessivo consumo de energia elétrica de aparelhos antigos. A aquisição de novos bebedouros com Selo Procel de Eficiência Energética (Classe A) e certificação INMETRO de alta performance garante a redução das despesas correntes do órgão e a padronização dos elementos filtrantes, otimizando a logística de reposição de insumos e garantindo a qualidade bacteriológica da água ofertada.

4.4 Da conveniência do sistema de Registro de Preços (SRP)

- 4.4.1** A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza do objeto, cuja demanda é frequente e pode ocorrer de forma parcelada entre os diversos órgãos consorciados. O SRP confere celeridade ao atendimento das necessidades administrativas, evita o desabastecimento de itens essenciais e proporciona economia de escala através do CIMINAS, garantindo preços mais vantajosos para o erário público e transparência no processo de seleção

do

fornecedor.

4.5 Da essencialidade do objeto

- 4.5.1** Dada a natureza do bem, os bebedouros são classificados como itens de primeira necessidade, de sorte que sua ausência compromete a continuidade e a qualidade do serviço público prestado, tornando a presente licitação medida inadiável para a manutenção da salubridade e operacionalidade das repartições públicas municipais.

5. DA DESTINAÇÃO E DOS ÓRGÃOS DEMANDANTES

- 5.1** A presente contratação possui natureza transversal e visa dotar a administração pública municipal de infraestrutura de hidratação e refrigeração de alta performance, de modo a garantir o cumprimento das normas de saúde ocupacional, higiene e conforto nas repartições públicas.
- 5.2** A contratação conjunta por meio de diversos órgãos justifica-se pela busca da uniformidade técnica, garantindo que o padrão de qualidade dos equipamentos e da instalação seja idêntico em toda a rede municipal, independentemente da pasta que execute a despesa.

6. JUSTIFICATIVA PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

- 6.1** A escolha da modalidade Pregão Eletrônico para esta licitação se justifica pela sua comprovada eficiência, celeridade e transparência:
- 6.1.1 Ampla competitividade:** O formato eletrônico permite a participação de licitantes de todo o território nacional, ampliando a concorrência e, consequentemente, a chance de obter propostas mais vantajosas.
- 6.1.2 Celeridade processual:** O pregão eletrônico é uma modalidade ágil, que otimiza as etapas do processo licitatório, desde a fase de apresentação das propostas até a fase de lances, contribuindo para a rápida disponibilização dos equipamentos.
- 6.1.3 Transparência e rastreabilidade:** Todas as etapas do processo são registradas eletronicamente, garantindo total transparência e rastreabilidade das ações, o que facilita a fiscalização e a auditoria.

- 6.1.4 Redução de deslocamentos e custos:** A participação online elimina a necessidade de deslocamento físico dos licitantes, reduzindo custos e barreiras de entrada.

6.2 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 6.2.1** A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a eventual e futura aquisição de equipamentos de refrigeração e purificação de água, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, visando atender às necessidades dos Municipais consorciados ao CIMINAS.
- 6.2.2** A contratação compreende o fornecimento dos equipamentos novos (primeiro uso), sem defeitos ou avarias, de fabricação recente e com garantia técnica mínima estabelecida em edital, devidamente selados e certificados pelos órgãos de controle de qualidade nacionais, incluindo a entrega e, quando houver previsão em lote específico, a instalação e a disponibilização dos manuais técnicos em língua portuguesa.
- 6.2.3** Os itens objeto desta contratação deverão atender rigorosamente aos padrões de segurança elétrica e eficiência bacteriológica/filtragem estabelecidos pelo INMETRO, bem como aos critérios de eficiência energética (Selo Procel Classe A), visando a economicidade e a sustentabilidade da gestão pública.

7. DO JULGAMENTO POR MENOR PREÇO GLOBAL

- 7.1.1** O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 7.1.2** A escolha do critério de julgamento por MENOR PREÇO GLOBAL fundamenta-se na necessidade de padronização, economia de escala e eficiência logística inerentes ao objeto da presente licitação. A aquisição de bebedouros em atendimento aos órgãos demandantes não deve ser tratada mediante o fracionamento do fornecimento, mas sim como uma solução unificada para a administração. A eficiência e a economicidade da contratação dependem da centralização operacional, englobando desde a garantia de uniformidade dos equipamentos a serem instalados nas diferentes unidades, até a logística integrada de entrega, gestão contratual, acionamento de garantia e suporte técnico de manutenção centralizados em um único fornecedor.
- 7.1.3** A adoção do Menor Preço Global oferece as seguintes vantagens e

justificativas técnicas:

- 7.1.3.1 **Garantia de padronização e eficiência operacional:** A avaliação do preço de forma global assegura a padronização dos equipamentos a serem fornecidos para todos os órgãos. Isso impede a aquisição fracionada de bebedouros de marcas e modelos variados, o que comprometeria e encareceria a futura gestão de suprimentos (como a compra padronizada de elementos filtrantes/refis) e a viabilidade da manutenção corretiva.
- 7.1.3.2 **Responsabilidade única e logística centralizada:** Ao contratar o fornecimento por preço global, a Administração estabelece um único interlocutor e ponto de responsabilidade pela entrega, eventuais instalações, acionamento de garantia e suporte de assistência técnica para todos os equipamentos. Isso simplifica a gestão contratual e facilita a fiscalização, evitando a fragmentação de responsabilidades entre múltiplos fornecedores.
- 7.1.3.3 **Otimização de custos pela economia de escala:** O Menor Preço Global permite que os licitantes otimizem seus próprios custos logísticos (como um frete unificado) e operacionais na composição da proposta para o volume total. Para a Administração, garante a máxima vantagem econômica em decorrência da economia de escala e uma maior previsibilidade do investimento total.
- 7.1.3.4 **Celeridade na gestão contratual:** A gestão administrativa, o recebimento logístico e a liquidação de pagamentos de um contrato com um preço global centralizado são significativamente mais simples do que o acompanhamento de múltiplos fornecedores decorrentes de itens fracionados, o que se traduz em menor burocracia e maior agilidade.
- 7.1.3.5 **Equidade e uniformidade no atendimento:** O critério garante que todos os órgãos demandantes sejam equipados com bebedouros de idêntico padrão de qualidade, durabilidade e desempenho, evitando disparidades na infraestrutura oferecida aos diferentes setores e aos usuários.
- 7.1.3.6 **Do fundamento legal:** O objeto de que trata este Termo de Referência e seu prosseguimento têm amparo legal, segundo as normas vigentes de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações.

7.2 Justificativa para a modalidade de licitação:

7.2.1 No tocante à modalidade de licitação, adotar-se-á o procedimento do PREGÃO, pois os serviços objeto deste Termo de Referência possuem padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, visando preços mais competitivos.

7.2.2 O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do inciso XIII, do Art. 6º da Lei 14133/2021.

7.3 Resultados esperados da contratação

7.3.1 Garantia de salubridade e higiene nas repartições públicas

7.3.1.1 Espera-se assegurar o acesso contínuo e universal à água potável, filtrada e refrigerada em todas as unidades administrativas, escolares e de saúde dos municípios consorciados. O principal resultado é a promoção da saúde pública e do bem-estar, prevenindo a incidência de enfermidades hídricas e garantindo condições dignas de recepção ao cidadão e de trabalho aos servidores.

7.3.2 Conformidade com as normas de saúde ocupacional

7.3.2.1 Com a aquisição de equipamentos adequados, a Administração visa o pleno atendimento à Norma Regulamentadora nº 24 (NR-24), mitigando riscos de passivos trabalhistas, autuações de órgãos fiscalizadores e garantindo a manutenção de um ambiente laboral saudável, o que reflete diretamente na motivação e produtividade do funcionalismo público.

7.3.3 Eficiência energética e economia operacional

7.3.3.1 Pretende-se alcançar uma redução significativa nos custos com energia elétrica mediante a substituição de aparelhos obsoletos por modelos dotados de Selo Procel "A". Adicionalmente, espera-se a diminuição dos gastos com manutenção corretiva (peças e mão de obra) através da padronização de equipamentos novos, robustos e com garantia de fábrica.

7.3.4 Sustentabilidade e redução de resíduos sólidos

7.3.4.1 Ao disponibilizar sistemas de purificação de alta performance com certificação INMETRO, a contratação objetiva reduzir drasticamente a dependência da Administração em relação à compra de água mineral

em galões e garrafas plásticas descartáveis. Este resultado alinha-se aos princípios da Logística Sustentável, diminuindo a pegada de carbono e o volume de resíduos plásticos gerados pelas unidades demandantes.

7.3.5 Padronização e otimização do patrimônio público

- 7.3.5.1** Através do Sistema de Registro de Preços operado pelo CIMINAS, busca-se a padronização técnica dos equipamentos, o que facilita o controle patrimonial, a reposição futura de elementos filtrantes (refis) e garante a economia de escala, resultando na obtenção da proposta mais vantajosa para o erário e na transparência total do processo de aquisição conjunta.

7.3.6 Flexibilidade e agilidade nas aquisições futuras

- 7.3.6.1** O sistema de Registro de Preços assegura flexibilidade e agilidade. Os municípios poderão solicitar os equipamentos de acordo com suas necessidades pontuais e disponibilidade orçamentária, sem a burocracia e o tempo de espera de um novo processo licitatório para cada compra. Isso significa:

7.3.6.1.1 Resposta rápida a demandas emergentes: Possibilidade de adquirir equipamentos rapidamente em caso de falha ou necessidade inesperada.

7.3.6.1.2 Planejamento orçamentário otimizado: Os municípios podem programar suas aquisições ao longo da vigência da ata, de acordo com seus recursos.

7.3.7 Transparência e governança

- 7.3.7.1** A modalidade de **Pregão Eletrônico** para o Registro de Preços garante **total transparência** ao processo. Os resultados esperados incluem:

7.3.7.1.1 Maior controle social e fiscalização: Com a publicidade e rastreabilidade de todas as etapas do pregão, há uma facilitação para a atuação dos órgãos de controle e da própria sociedade.

7.3.7.1.2 Conformidade com a legislação: A contratação segue rigorosamente as diretrizes da Nova Lei de Licitações e

Contratos (Lei nº 14.133/2021), promovendo boas práticas de governança.

7.4 Prazo de Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços decorrente do processo licitatório terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando sua vigência na data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada por igual período, conforme determina a Lei Federal nº 14.133/2021, a critério do CIMINAS, desde que seja comprovada a vantajosidade para a Administração Pública.

8. CRITÉRIOS DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS

- 8.1** Só será aceito o fornecimento do objeto do presente procedimento que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à fiscalização dos servidores competentes.
- 8.2** O licitante vencedor deverá apresentar, juntamente com a proposta readequada, Carta de Garantia emitida pelo fabricante (ou seu representante legal no Brasil), assegurando o suporte técnico e a garantia integral dos equipamentos pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.
- 8.3** O fornecimento do objeto da presente licitação deverá ser executado conforme necessidade dos municípios consorciados, mediante requisição emitida pela Administração, devidamente autorizada por autoridade superior, obedecendo a Previsão Orçamentária Estimada.
- 8.4** A entrega do objeto deverá ser executada em até 60 (sessenta) dias úteis, a contar do recebimento da autorização de fornecimento, no endereço constante na mesma, nos municípios consorciados.
- 8.5** O objeto contratual será recebido provisoriamente, nos termos do artigo 140, II da Lei 14.133/2021, mediante termo assinado pelas partes, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos fornecidos.
- 8.6** A Administração disporá no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que se der o recebimento provisório, para a verificação da qualidade e quantidade dos produtos fornecidos e consequente aceitação e rejeição.
- 8.7** A Administração reserva-se o direito de não receber os produtos fornecidos em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo cancelar o contrato, sem prejuízo das penalidades e sanções previstas. Uma vez restando comprovada a

adequação do objeto aos termos contratuais, os produtos fornecidos serão recebidos definitivamente, mediante termo assinado pelas partes.

- 8.8** Os Produtos deverão ser armazenados, transportados e distribuídos obedecendo estritamente às normas técnicas vigentes emanadas pelos órgãos regulamentadores.
- 8.9** A empresa deverá efetuar a troca dos produtos em desacordo com as normas vigentes, em especial do INMETRO no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da notificação por escrito, sob pena de multas e sem prejuízo às demais sanções previstas. No caso de reincidência da falta o caso será levado à assessoria jurídica para que proceda à rescisão contratual.
- 8.10** Os materiais deverão ser entregues nas quantidades e especificações estabelecidas na Autorização de Fornecimento, a ser emitida pelo setor de compras e enviada ao detentor da ata de registro de preços ou instrumento equivalente, através de e-mail ou aplicativo de mensagens.
- 8.11** A empresa deverá transportar os produtos em veículo apropriado, com especial atenção aos produtos que necessitem cuidado no transporte devido a sua fragilidade, podendo a administração recusar o recebimento detectando qualquer falha.
- 8.12** As embalagens e rótulos dos produtos entregues deverão ser lacrados e estar em conformidade com a legislação em vigor, bem como estar de acordo com as características requeridas na autorização de fornecimento, conforme marca declarada vencedora apresentada na fase de julgamento do certame.
- 8.13** A empresa vencedora se responsabilizará pelo carregamento, transporte, bem como pelo descarregamento, sem ônus adicional à proposta, no requisitante dos Municípios consorciados.
- 8.14** A aceitação dos produtos não exime o Fornecedor da responsabilidade de entrega dos produtos de acordo com os requisitos estabelecidos e não invalidam qualquer reclamação posterior do Município a respeito da qualidade do material e/ou fabricação.
- 8.15** A qualquer momento, os Municípios poderão diligenciar junto à empresa vencedora ou a terceiros, de modo a obter maiores informações sobre os produtos ofertados, podendo solicitar catálogo técnico ou prospecto de venda dos equipamentos constantes do certame. A empresa vencedora se responsabilizará pela montagem e instalação dos materiais, quando aplicável, conforme relação abaixo, no local de

utilização, cujos custos estarão inclusos na proposta apresentada aos Municípios.

- 8.16** A empresa fornecedora deverá oferecer garantia de no mínimo 12 (doze) meses, a contar da data da entrega, contra quaisquer defeitos.
- 8.17** Os custos inerentes às manutenções e reparos da garantia de que trata o presente item ocorrerão às expensas da empresa fornecedora, como por exemplo diagnósticos e transportes.
- 8.18** Aplica-se no que couber o código de defesa do consumidor.
- 8.19** A empresa fornecedora deverá disponibilizar suporte técnico especializado durante o período de vigência da garantia, de modo a sanar dúvidas quanto ao funcionamento, instalação e utilização adequada dos equipamentos.
- 8.20** A empresa deverá disponibilizar, quando aplicável, catálogo técnico ou certificado de conformidade emitido pelo fabricante, comprovando que os equipamentos atendem às normas técnicas vigentes.
- 8.21** Durante o período de garantia, a empresa compromete-se a realizar a substituição imediata de peças ou equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, sem ônus adicional aos Municípios, incluindo despesas de transporte, retirada, reinstalação e demais custos relacionados.

9. DAS

AMOSTRAS:

- 9.1** O licitante classificado em primeiro lugar deverá, quando solicitado pelo Pregoeiro, apresentar amostras dos seguintes itens:
- 9.1.1** Item 4 BEBEDOURO ACESSÍVEL EM INOX (ACESSÍVEL/SUSPENSO):
- 9.1.2** Item 8 BEBEDOURO ESCOLAR INTEGRADO (ADULTO E INFANTIL):
- 9.2** Para análise das amostras, a sessão será suspensa e os licitantes vencedores deverão entregar até 10 (dez) dias corridos após conclusão da fase proposta das amostras dos respectivos itens vencidos, sob pena de desclassificação, na sede do CIMINAS, uma amostra de cada produto listado acima nos itens **9.1.1** e **9.1.2**, na embalagem original e fechada, para análise e aprovação, onde além das características básicas da embalagem e rotulagem, serão avaliadas outras características por meio de exame visual, medições simples (temperatura) e propriedades sensoriais (aspecto, cor e odor), se aplicável.

9.3 Os produtos constantes deste instrumento, deverão, obrigatoriamente, estar acondicionados em embalagens originais, de boa qualidade, contendo todas informações exigidas pelo Código de Defesa do Consumidor e demais exigências impostas por órgãos oficiais competentes. Deverão ainda estar impressas em cada embalagem, conforme o caso, as seguintes informações:

9.3.1 Especificações do produto, número do item;

9.3.2 Marca e fabricante;

9.3.3 As embalagens dos produtos deverão estar atualizadas e de acordo com a legislação vigente.

9.4 A amostra servirá para a verificação da conformidade do produto com as especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência.

9.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.6 Não serão realizadas análises em unidades com prazo de validade vencido e/ou que apresentem condições inadequadas de armazenamento e/ou que estejam violadas.

10. MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1 Incluindo além do seu fornecimento, também sua correta montagem, fixação, configuração e instalação no espaço físico destinado.

10.2 Para a perfeita execução do objeto, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário, utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.3 Deverão ser entregues e instalados de forma descentralizada, conforme a conveniência e necessidade de cada Município Consorciado, nos endereços por eles indicados no momento da ordem de fornecimento.

10.4 Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente da execução do objeto deste Pregão, correrão por conta exclusiva da

contratada;

10.5 O transporte dos equipamentos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a integridade, qualidade e a estabilidade dos equipamentos.

10.6 A Contratada deverá os seguintes serviços:

10.6.1 Memorial descritivo;

10.6.2 Serviço de instalação e montagem do descrito no memorial;

10.6.3 Serviço de instalação e montagem a ser realizado nos endereços por eles indicados no momento da ordem de fornecimento.

10.6.4 O desembolso da instalação, montagem dos equipamentos e os insumos que serão utilizados será por conta do fornecedor contratado;

10.6.5 O prazo de entrega dos equipamentos será de até 60 (sessenta) dias corridos contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

10.6.6 Durante o prazo de garantia o fornecedor contratado deverá dar todo suporte técnico necessário.

10.6.7 A Contratada deverá fornecer os equipamentos conforme as especificações técnicas mencionadas.

10.7 Os objetos serão fornecidos nos endereços a serem repassados pelas Secretarias e órgãos dos Municípios consorciados, conforme necessidade;

10.8 As entregas com frete incluso, descarregamento e sem quantidade mínima, ocorrerão de segunda a sexta-feira das 08:00hs às 12:00hs e das 13:30hs às 17:00hs;

10.9 As autorizações de fornecimento serão encaminhadas por e-mail, para o endereço eletrônico dos licitantes vencedores do certame, que deverão confirmar o recebimento das mesmas no prazo de 1 (um) dia corrido.

10.10 Decorrido o prazo de 1 (um) dia corrido do envio da Autorização de Fornecimento para o endereço eletrônico do Fornecedor, a confirmação do recebimento será tácita e iniciará a contagem do prazo de entrega.

- 10.11** A entrega do objeto deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após recebimento da autorização de fornecimento pelo fornecedor;
- 10.12** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 10.13** A Ata de Registro de Preços, bem como os direitos e obrigações dela decorrentes, não poderá ser subcontratada, cedida ou transferida, total ou parcialmente, nem ser executada em associação do FORNECEDOR com terceiros, sem autorização prévia dos municípios consorciados, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive cancelamento da Ata de Registro de Preço;

11. GARANTIAS

- | 11.1 Garantia | de | Execução |
|----------------------|---|-----------------|
| 11.1.1 | Garantia do produto/serviço: fabricante, garantia legal ou garantia convencional. | |
| 11.1.2 | A garantia dos produtos objeto deste Termo de Referência será, no mínimo, de 12 (doze) meses, contra defeito de fabricação ou não conformidades, arcando com todos os custos da assistência técnica nas dependências da contratada, contados a partir do recebimento definitivo, devendo tal condição constar expressamente das propostas escritas. | |
| 11.1.3 | Deverá apresentar Declaração de Garantia, emitida pelo fabricante do(s) bem(ns) ofertados, em papel que o identifique, contendo as condições e o(s) prazo(s) mínimo(s) de garantia estipulado(s). | |
| 11.1.4 | As garantias de funcionamento e assistência técnica serão conforme a seguir, contados a partir do recebimento definitivo dos objetos. | |
| 11.1.5 | Durante o prazo de vigência da garantia, os objetos que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, deverão ser reparados e corrigidos, sem ônus, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos. | |
| 11.1.6 | A cobertura da assistência técnica será prestada para todos os estados. | |

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 12.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 12.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 12.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 12.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 12.5** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 12.6** As exigências e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto.
- 12.7** Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta licitação os fiscais designados nos futuros Contratos dos respectivos municípios aderentes observados as legislações vigentes.
- 12.8** Na ocorrência de atrasos na entrega, a CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas na lei e no edital de convocação.
- 12.9** A fiscalização do objeto desta licitação ficará a cargo do município contratante, juntamente com o técnico responsável que será designado para tal finalidade, observados as legislações vigentes.
- 12.10** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor expressamente designado pelo CONTRATANTE, que, entre outras atribuições, atestar a realização do objeto em conformidade com o previsto neste instrumento.

- 12.10.1** A FISCALIZAÇÃO fica impedida de atestar a realização do objeto fora das especificações técnicas estabelecidas.
- 12.10.2** O objeto realizado em desacordo com as especificações não impede a ação fiscal posterior e retenção de pagamentos.
- 12.10.3** A fiscalização do objeto licitado incluirá, de forma contínua, a monitoração e a avaliação do cumprimento dos Níveis de Serviço (SLA) definidos, através da análise de relatórios, acesso a sistemas de gestão da Contratada e auditorias periódicas.
- 12.10.4** Qualquer deficiência ou inadequação na prestação do serviço que comprometa o SLA será devidamente notificada, registrada e poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1 O objeto contratado será recebido nas seguintes condições:

13.1.1 Recebimento do objeto

- 13.1.1.1** Os produtos e serviços serão recebidos provisoriamente, será recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 13.1.1.2** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 13.1.1.3** O Recebimento provisório será formalizado mediante a emissão de um Termo de Recebimento Provisório, que poderá conter ressalvas e exigências de ajustes a serem corrigidos pela Contratada em prazo a ser acordado. Este termo não implica aceitação final do objeto, mas apenas o início formal do período de testes e verificações mais aprofundadas.

- 13.1.1.4** Recebimento definitivo será formalizado mediante a emissão de um Termo de Recebimento Definitivo, que atesta o cumprimento integral de todas as especificações e condições contratuais, incluindo os requisitos técnicos, funcionais, de desempenho e segurança.
- 13.1.1.5** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 13.1.1.6** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 dias úteis.
- 13.1.1.7** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais ou da documentação prevista no edital.
- 13.1.1.8** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 13.1.1.9** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 13.1.1.10** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 13.1.1.11** A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente indicar o Município onde o serviço foi executado/prestado, para fins de recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS).

14. RELAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS:

14.1 A descrição completa dos itens relacionados na tabela orçamentária:

ITEM	QTDE	UNIDADE	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	255,0000	UNIDADE	25221	BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA COM CAPACIDADE DE RESERVATÓRIO DE, NO MÍNIMO, 50 LITROS; CAPACIDADE DE ATENDIMENTO PARA ATÉ 60 PESSOAS/HORA OU SUPERIOR. ESTRUTURA COM REVESTIMENTO EXTERNO EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL E RESERVATÓRIO INTERNO EM MATERIAL ATÓXICO DE ALTA RESISTÊNCIA E FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR HERMÉTICO DE BAIXO CONSUMO, UTILIZANDO FLUÍDO REFRIGERANTE ECOLÓGICO. ISOLAMENTO TÉRMICO EM MATERIAL DE ALTA EFICIÊNCIA (POLIURETANO OU EQUIVALENTE). DOTADO DE NO MÍNIMO 02 TORNEIRAS DE ALTA VAZÃO E APARADOR DE ÁGUA COM GRADE PARA ENCHIMENTO DE RECIPIENTES. SISTEMA DE FILTRAGEM DE DUPLO ESTÁGIO PARA RETENÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS E REDUÇÃO DE CLORO/ODORES. TERMOSTATO PARA AJUSTE DE TEMPERATURA. TENSÃO COMPATÍVEL COM A REDE LOCAL (127V OU 220V). GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA DO INMETRO.: BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA COM CAPACIDADE DE RESERVATÓRIO DE, NO MÍNIMO, 50 LITROS; CAPACIDADE DE ATENDIMENTO PARA ATÉ 60 PESSOAS/HORA OU SUPERIOR. ESTRUTURA COM REVESTIMENTO EXTERNO EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL E RESERVATÓRIO INTERNO EM MATERIAL ATÓXICO DE ALTA RESISTÊNCIA E FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR HERMÉTICO DE BAIXO CONSUMO, UTILIZANDO FLUÍDO REFRIGERANTE ECOLÓGICO. ISOLAMENTO TÉRMICO EM MATERIAL DE ALTA EFICIÊNCIA (POLIURETANO OU EQUIVALENTE). DOTADO DE NO MÍNIMO 02 TORNEIRAS DE ALTA VAZÃO E APARADOR DE ÁGUA COM GRADE PARA ENCHIMENTO DE RECIPIENTES. SISTEMA DE FILTRAGEM DE DUPLO ESTÁGIO PARA RETENÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS E REDUÇÃO DE CLORO/ODORES. TERMOSTATO PARA AJUSTE DE TEMPERATURA. TENSÃO COMPATÍVEL COM A REDE LOCAL (127V OU 220V). GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA DO INMETRO.	7.275,0800	1.855.145,40
002	207,0000	UNIDADE		BEBEDOURO 100LP (3 TORNEIRAS): CAPACIDADE MÍNIMA DE 100 LITROS NO RESERVATÓRIO, COM VAZÃO PARA ATENDIMENTO DE NO MÍNIMO 150 PESSOAS/HORA. EQUIPADO COM 03 TORNEIRAS EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA E ELEVADA VAZÃO. APARADOR DE ÁGUA FRONTAL COM SUPORTE E GRADE PARA ENCHIMENTO DE GARRAFAS. REVESTIMENTO EXTERNO EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL. RESERVATÓRIO EM MATERIAL ATÓXICO, RESISTENTE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. ISOLAMENTO TÉRMICO TIPO POLIURETANO INJETADO E SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO POR EVAPORADORA (SERPENTINA) INTERNA PARA RESFRIAMENTO RÁPIDO. USO DE FLUIDO REFRIGERANTE ECOLÓGICO E MOTOR HERMÉTICO. TENSÃO BIVOLT OU CONFIGURÁVEL (127V OU 220V) COM BAIXO CONSUMO ENERGÉTICO E TERMOSTATO PARA REGULAGEM DE TEMPERATURA. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1484MM (A) X 703MM (L) X 644MM (P), ADMITINDO-SE VARIAÇÕES DE MERCADO. POTÊNCIA NOMINAL ENTRE 250W E 500W. SISTEMA DE FILTRAGEM DE DUPLO ESTÁGIO: RETENÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS E REDUÇÃO DE CLORO, GOSTO E ODOR (CARVÃO ATIVADO), COM VIDA ÚTIL DOS ELEMENTOS DE NO: BEBEDOURO 100LP (3 TORNEIRAS): CAPACIDADE MÍNIMA DE 100 LITROS NO RESERVATÓRIO, COM VAZÃO	8.239,6300	1.705.603,41

				PARA ATENDIMENTO DE NO MÍNIMO 150 PESSOAS/HORA. EQUIPADO COM 03 TORNEIRAS EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA E ELEVADA VAZÃO. APARADOR DE ÁGUA FRONTAL COM SUPORTE E GRADE PARA ENCHIMENTO DE GARRAFAS. REVESTIMENTO EXTERNO EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL. RESERVATÓRIO EM MATERIAL ATÓXICO, RESISTENTE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. ISOLAMENTO TÉRMICO TIPO POLIURETANO INJETADO E SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO POR EVAPORADORA (SERPENTINA) INTERNA PARA RESFRIAMENTO RÁPIDO. USO DE FLUIDO REFRIGERANTE ECOLÓGICO E MOTOR HERMÉTICO. TENSÃO BIVOLT OU CONFIGURÁVEL (127V OU 220V) COM BAIXO CONSUMO ENERGÉTICO E TERMOSTATO PARA REGULAGEM DE TEMPERATURA. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1484MM (A) X 703MM (L) X 644MM (P), ADMITINDO-SE VARIAÇÕES DE MERCADO. POTÊNCIA NOMINAL ENTRE 250W E 500W. SISTEMA DE FILTRAGEM DE DUPLO ESTÁGIO: RETENÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS E REDUÇÃO DE CLORO, GOSTO E ODOR (CARVÃO ATIVADO), COM VIDA ÚTIL DOS ELEMENTOS DE NO MÍNIMO 06 MESES. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. OBRIGATÓRIA APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DO INMETRO.		
003	131,0000	UNIDADE	25223	<p>BEBEDOURO ACESSÍVEL EM INOX COM ACIONAMENTO ELÉTRICO: CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO DE NO MÍNIMO 60 LITROS; ATENDIMENTO PARA ATÉ 150 PESSOAS/HORA. GABINETE EM AÇO INOX COM ESTRUTURA PRÓPRIA PARA FIXAÇÃO EM PAREDE, PROJETADO PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA (PCD).</p> <p>ACIONAMENTO DA TORNEIRA POR SISTEMA ELÉTRICO/ELETRÔNICO ATRAVÉS DE BOTÕES NO PAINEL. REVESTIMENTO EXTERNO EM CHAPA DE AÇO INOX E RESERVATÓRIO EM MATERIAL ATÓXICO DE ALTA RESISTÊNCIA. POSSUI EVAPORADORA INTERNA (SERPENTINA) PARA RESFRIAMENTO RÁPIDO, FLUÍDO REFRIGERANTE ECOLÓGICO E MOTOR HERMÉTICO. TENSÃO 127V OU 220V COM BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E TERMOSTATO PARA REGULAGEM DE TEMPERATURA. DEVE ATENDER PLENAMENTE ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE VIGENTES. PESO E DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM A CAPACIDADE E FINALIDADE DO EQUIPAMENTO. SISTEMA DE FILTRAGEM COM RETENÇÃO DE SÓLIDOS E CARVÃO ATIVADO PARA REDUÇÃO DE SABORES E ODORES. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. OBRIGATÓRIA APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DO INMETRO.:</p> <p>BEBEDOURO ACESSÍVEL EM INOX COM ACIONAMENTO ELÉTRICO: CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO DE NO MÍNIMO 60 LITROS; ATENDIMENTO PARA ATÉ 150 PESSOAS/HORA. GABINETE EM AÇO INOX COM ESTRUTURA PRÓPRIA PARA FIXAÇÃO EM PAREDE, PROJETADO PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA (PCD).</p> <p>ACIONAMENTO DA TORNEIRA POR SISTEMA ELÉTRICO/ELETRÔNICO ATRAVÉS DE BOTÕES NO PAINEL. REVESTIMENTO EXTERNO EM CHAPA DE AÇO INOX E RESERVATÓRIO EM MATERIAL ATÓXICO DE ALTA RESISTÊNCIA. POSSUI EVAPORADORA INTERNA (SERPENTINA) PARA RESFRIAMENTO RÁPIDO, FLUÍDO REFRIGERANTE ECOLÓGICO E MOTOR HERMÉTICO. TENSÃO 127V OU 220V COM BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E TERMOSTATO PARA REGULAGEM DE TEMPERATURA. DEVE ATENDER PLENAMENTE ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE VIGENTES. PESO E DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM A</p>	13.031,4300	1.707.117,33

				CAPACIDADE E FINALIDADE DO EQUIPAMENTO. SISTEMA DE FILTRAGEM COM RETENÇÃO DE SÓLIDOS E CARVÃO ATIVADO PARA REDUÇÃO DE SABORES E ODORES. ARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. OBRIGATÓRIA APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DO INMETRO.		
004	170,0000	UNIDADE	25224	<p>BEBEDOURO ACESSÍVEL EM INOX (ACESSÍVEL/SUSPENSO): BEBEDOURO MODELO ACESSÍVEL PARA FIXAÇÃO EM PAREDE, COM ACIONAMENTO ELÉTRICO POR BOTÕES E INDICAÇÃO EM BRAILE, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE. CAPACIDADE MÍNIMA DO RESERVATÓRIO DE 03 LITROS; VAZÃO PARA ATENDIMENTO DE ATÉ 120 PESSOAS/HORA. GABINETE E REVESTIMENTO EXTERNO EM AÇO INOXIDÁVEL. RESERVATÓRIO EM MATERIAL ATÓXICO (P.P. OU EQUIVALENTE) DE ALTA RESISTÊNCIA E FÁCIL LIMPEZA. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO COM EVAPORADORA INTERNA (SERPENTINA) PARA RESFRIAMENTO RÁPIDO, MOTOR HERMÉTICO E FLUÍDO REFRIGERANTE ECOLÓGICO (EX: R134A, PARA PARÂMETRO DE QUALIDADE/TECNOLOGIA E NÃO DE UMA EXIGÊNCIA).</p> <p>TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT OU CONFORME DEMANDA (127V OU 220V). EQUIPAMENTO COM BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E REGULAGEM DE TEMPERATURA. PESO LÍQUIDO APROXIMADO DE 20 KG. DIMENSÕES APROXIMADAS ADMITIDAS (DESEMBALADO): 630MM (A) X 480MM (L) X 470MM (P). SISTEMA DE FILTRAGEM DE DUPLO ESTÁGIO: RETENÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS E REDUÇÃO DE SABORES/ BEBEDOURO ACESSÍVEL EM INOX (ACESSÍVEL/SUSPENSO): BEBEDOURO MODELO ACESSÍVEL PARA FIXAÇÃO EM PAREDE, COM ACIONAMENTO ELÉTRICO POR BOTÕES E INDICAÇÃO EM BRAILE, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE. CAPACIDADE MÍNIMA DO RESERVATÓRIO DE 03 LITROS; VAZÃO PARA ATENDIMENTO DE ATÉ 120 PESSOAS/HORA. GABINETE E REVESTIMENTO EXTERNO EM AÇO INOXIDÁVEL. RESERVATÓRIO EM MATERIAL ATÓXICO (P.P. OU EQUIVALENTE) DE ALTA RESISTÊNCIA E FÁCIL LIMPEZA. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO COM EVAPORADORA INTERNA (SERPENTINA) PARA RESFRIAMENTO RÁPIDO, MOTOR HERMÉTICO E FLUÍDO REFRIGERANTE ECOLÓGICO (EX: R134A, PARA PARÂMETRO DE QUALIDADE/TECNOLOGIA E NÃO DE UMA EXIGÊNCIA).</p> <p>TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT OU CONFORME DEMANDA (127V OU 220V). EQUIPAMENTO COM BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E REGULAGEM DE TEMPERATURA. PESO LÍQUIDO APROXIMADO DE 20 KG. DIMENSÕES APROXIMADAS ADMITIDAS (DESEMBALADO): 630MM (A) X 480MM (L) X 470MM (P). SISTEMA DE FILTRAGEM DE DUPLO ESTÁGIO: RETENÇÃO DE PARTÍCULAS SÓLIDAS E REDUÇÃO DE SABORES/ODORES (CARVÃO ATIVADO), COM VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 06 MESES. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. OBRIGATÓRIA APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DO INMETRO.</p>	6.183,2500	1.051.152,50
005	228,0000	UNIDADE	25225	BEBEDOURO ESCOLAR COMPOSTO POR 01 TORNEIRA SUPERIOR E 02 TORNEIRAS INFERIORES. CONSTRUÍDO COM CUBA E CARENAGEM EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA (TIPO ABS OU SUPERIOR), NA COR PRETA, COM ACABAMENTO LISO E PROTEÇÃO CONTRA RAIOS U.V. DIMENSÕES APROXIMADAS: 500MM X 400MM X 860MM. ESTRUTURA COM REFORÇO TRASEIRO E FIXAÇÃO POR SUPORTE EM METAL GALVANIZADO. SISTEMA HIDRÁULICO E FILTRAGEM: TORNEIRAS EM METAL	13.764,8300	3.138.381,24

				<p>CROMADO, SISTEMA DE FILTRAGEM COM TECNOLOGIA DE TROCA RÁPIDA, POSSUINDO CERTIFICAÇÃO INMETRO, RETENÇÃO DE PARTÍCULAS (CLASSE C) E EFICIÊNCIA NA REDUÇÃO DE CLORO LIVRE. MANGUEIRAS EM MATERIAL ATÓXICO COM ISOLAMENTO TÉRMICO E REGISTRO PARA MANUTENÇÃO. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO MÍNIMA DE 32L/H. EQUIPADO COM COMPRESSOR HERMÉTICO DE DESEMPENHO EQUIVALENTE A 1/5 HP, COMPATÍVEL COM TENSÕES DE 110V OU 220V. USO DE FLUÍDO REFRIGERANTE ECOLÓGICO (LIVRE DE CFC). RESERVATÓRIO DE ÁGUA EM AÇO INOXIDÁVEL COM SERPENTINA INTERNA. TERMOSTATO REGULÁVEL PARA AJUSTE DE TEM: BEBEDOURO ESCOLAR COMPOSTO POR 01 TORNEIRA SUPERIOR E 02 TORNEIRAS INFERIORES. CONSTRUÍDO COM CUBA E CARENAGEM EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA (TIPO ABS OU SUPERIOR), NA COR PRETA, COM ACABAMENTO LISO E PROTEÇÃO CONTRA RAIOS U.V. DIMENSÕES APROXIMADAS: 500MM X 400MM X 860MM. ESTRUTURA COM REFORÇO TRASEIRO E FIXAÇÃO POR SUPORTE EM METAL GALVANIZADO. SISTEMA HIDRÁULICO E FILTRAGEM: TORNEIRAS EM METAL CROMADO, SISTEMA DE FILTRAGEM COM TECNOLOGIA DE TROCA RÁPIDA, POSSUINDO CERTIFICAÇÃO INMETRO, RETENÇÃO DE PARTÍCULAS (CLASSE C) E EFICIÊNCIA NA REDUÇÃO DE CLORO LIVRE. MANGUEIRAS EM MATERIAL ATÓXICO COM ISOLAMENTO TÉRMICO E REGISTRO PARA MANUTENÇÃO. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO MÍNIMA DE 32L/H. EQUIPADO COM COMPRESSOR HERMÉTICO DE DESEMPENHO EQUIVALENTE A 1/5 HP, COMPATÍVEL COM TENSÕES DE 110V OU 220V. USO DE FLUÍDO REFRIGERANTE ECOLÓGICO (LIVRE DE CFC). RESERVATÓRIO DE ÁGUA EM AÇO INOXIDÁVEL COM SERPENTINA INTERNA. TERMOSTATO REGULÁVEL PARA AJUSTE DE TEMPERATURA (FAIXA DE 6°C A 12°C). REQUISITOS GERAIS: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. O EQUIPAMENTO DEVE ACOMPANHAR KIT DE INSTALAÇÃO E MANUAL DE INSTRUÇÕES.</p>		
006	228,0000	UNIDADE	25226	<p>BEBEDOURO ESCOLAR TAMANHO 2: BEBEDOURO COM APROXIMADAMENTE 5 TORNEIRAS SUPERIORES/INFERIORES COM ACIONAMENTO POR SENSOR OU PRESSÃO E/OU JATO INCLINADO. FABRICADO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA (ABS OU SIMILAR), DIMENSÕES APROXIMADAS: 1000X400X730MM. ESTRUTURA REFORÇADA COM TAMPA DE INSPEÇÃO PARA MANUTENÇÃO. FIXAÇÃO POR SUPORTE METÁLICO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO. PARTE HIDRÁULICA: TORNEIRAS EM METAL CROMADO, MANGUEIRAS ATÓXICAS COM ISOLAMENTO TÉRMICO E CONEXÕES DE ENGATE RÁPIDO. SISTEMA DE FILTRAGEM: REFIL DE TROCA RÁPIDA, REDUÇÃO DE CLORO LIVRE, RETENÇÃO DE PARTÍCULAS CLASSE C E EFICIÊNCIA BACTERIOLÓGICA CONFORME NORMAS VIGENTES. OBRIGATÓRIO CERTIFICAÇÃO INMETRO. REFRIGERAÇÃO: CAPACIDADE MÍNIMA DE 32L/H, COMPRESSOR HERMÉTICO DE POTÊNCIA ADEQUADA AO DESEMPENHO (REF. 1/5 HP). TENSÃO BIVOLT OU CONFORME DEMANDA. GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO. RESERVATÓRIO EM MATERIAL ATÓXICO OU AÇO INOX COM ISOLAMENTO TÉRMICO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. : BEBEDOURO ESCOLAR TAMANHO 2: BEBEDOURO COM APROXIMADAMENTE 5 TORNEIRAS SUPERIORES/INFERIORES COM ACIONAMENTO POR</p>	15.332,6100	3.495.835,08

				<p>SENSOR OU PRESSÃO E/OU JATO INCLINADO. FABRICADO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA (ABS OU SIMILAR), DIMENSÕES APROXIMADAS: 1000X400X730MM. ESTRUTURA REFORÇADA COM TAMPA DE INSPEÇÃO PARA MANUTENÇÃO. FIXAÇÃO POR SUPORTE METÁLICO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO. PARTE HIDRÁULICA: TORNEIRAS EM METAL CROMADO, MANGUEIRAS ATÓXICAS COM ISOLAMENTO TÉRMICO E CONEXÕES DE ENGATE RÁPIDO. SISTEMA DE FILTRAGEM: REFIL DE TROCA RÁPIDA, REDUÇÃO DE CLORO LIVRE, RETENÇÃO DE PARTÍCULAS CLASSE C E EFICIÊNCIA BACTERIOLÓGICA CONFORME NORMAS VIGENTES. OBRIGATÓRIO CERTIFICAÇÃO INMETRO. REFRIGERAÇÃO: CAPACIDADE MÍNIMA DE 32L/H, COMPRESSOR HERMÉTICO DE POTÊNCIA ADEQUADA AO DESEMPENHO (REF. 1/5 HP). TENSÃO BIVOLT OU CONFORME DEMANDA. GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO. RESERVATÓRIO EM MATERIAL ATÓXICO OU AÇO INOX COM ISOLAMENTO TÉRMICO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES</p>		
007	186,0000	UNIDADE	25227	<p>BEBEDOURO ESCOLAR COMPOSTO POR 07 TORNEIRAS SUPERIORES/INFERIORES. ESTRUTURA E CARENAGEM EM MATERIAL POLIMÉRICO OU SIMILAR DE ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES APROXIMADAS: 1520MM (L) X 400MM (P) X 730MM (A) ESTRUTURA REFORÇADA COM TAMPA DE INSPEÇÃO FRONTAL PARA MANUTENÇÃO. FIXAÇÃO POR SUPORTE EM CHAPA GALVANIZADA. SISTEMA HIDRÁULICO E FILTRAGEM: TORNEIRAS EM LATÃO CROMADO COM ACIONAMENTO POR SENSOR DE PRESENÇA E/OU TIPO JATO INCLINADO COM ACIONAMENTO POR BOTÃO DE PRESSÃO. CONEXÕES EM MATERIAL ATÓXICO COM ISOLAMENTO TÉRMICO E REGISTRO ESFERA DE ½" PARA MANUTENÇÃO. SISTEMA DE FILTRAGEM COM TROCA RÁPIDA, CAPAZ DE RETER PARTÍCULAS, REDUÇÃO DE CLORO LIVRE E EFICIÊNCIA BACTERIOLÓGICA DE NO MÁXIMO 99,9%. EXIGIDA CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO MÍNIMA DE 32 LITROS/HORA. EQUIPADO COM COMPRESSOR HERMÉTICO DE ALTO RENDIMENTO (MÍNIMO 1/5 HP), COMPATÍVEL COM TENSÃO [110V OU 220V], COM CONSUMO MÁXIMO DE 200W/H. USO DE GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO (LIVRE DE CFC).: BEBEDOURO ESCOLAR COMPOSTO POR 07 TORNEIRAS SUPERIORES/INFERIORES. ESTRUTURA E CARENAGEM EM MATERIAL POLIMÉRICO OU SIMILAR DE ALTA RESISTÊNCIA, DIMENSÕES APROXIMADAS: 1520MM (L) X 400MM (P) X 730MM (A) ESTRUTURA REFORÇADA COM TAMPA DE INSPEÇÃO FRONTAL PARA MANUTENÇÃO. FIXAÇÃO POR SUPORTE EM CHAPA GALVANIZADA. SISTEMA HIDRÁULICO E FILTRAGEM: TORNEIRAS EM LATÃO CROMADO COM ACIONAMENTO POR SENSOR DE PRESENÇA E/OU TIPO JATO INCLINADO COM ACIONAMENTO POR BOTÃO DE PRESSÃO. CONEXÕES EM MATERIAL ATÓXICO COM ISOLAMENTO TÉRMICO E REGISTRO ESFERA DE ½" PARA MANUTENÇÃO. SISTEMA DE FILTRAGEM COM TROCA RÁPIDA, CAPAZ DE RETER PARTÍCULAS, REDUÇÃO DE CLORO LIVRE E EFICIÊNCIA BACTERIOLÓGICA DE NO MÁXIMO 99,9%. EXIGIDA CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO MÍNIMA DE 32 LITROS/HORA. EQUIPADO COM COMPRESSOR HERMÉTICO DE ALTO RENDIMENTO (MÍNIMO 1/5 HP), COMPATÍVEL COM TENSÃO [110V OU 220V], COM CONSUMO MÁXIMO DE 200W/H. USO DE GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO (LIVRE DE CFC).</p>	18.747,6500	3.487.062,90

				RESERVATÓRIO EM AÇO INOXIDÁVEL COM SERPENTINA INTERNA TAMBÉM EM AÇO INOXIDÁVEL. TERMOSTATO REGULÁVEL PARA FAIXA DE 6°C A 12°C. GARANTIA E DOCUMENTAÇÃO: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.		
008	303,0000	UNIDADE	25228	<p>BEBEDOURO ESCOLAR INTEGRADO (ADULTO E INFANTIL): BEBEDOURO ESCOLAR COM CUBAS EM NÍVEIS DIFERENCIADOS PARA ATENDIMENTOS PARA ATENDIMENTO ADULTO E INFANTIL, COMPOSTO POR 04 TORNEIRAS SUPERIOR/INFERIOR. ESTRUTURA E ACABAMENTO: GABINETE E CUBAS FABRICADOS EM MATERIAL POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA (ABS OU EQUIVALENTE), COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS U.V. E ACABAMENTO LISO DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. DIMENSÕES DE REFERÊNCIA APROXIMADA: 800MM (L) X 400MM (P) X 860MM (A). FIXAÇÃO EM PAREDE POR SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO. SISTEMA HIDRÁULICO: TORNEIRAS SUPERIORES COM ACIONAMENTO POR SENSOR DE PRESENÇA (SEM CONTATO MANUAL) EM METAL CROMADO. TORNEIRAS INFERIORES TIPO JATO INCLINADO COM ACIONAMENTO POR BOTÃO DE PRESSÃO. TUBULAÇÃO INTERNA EM MATERIAL ATÓXICO E ISOLAMENTO TÉRMICO COMPATÍVEL. INCLUSO REGISTRO DE ESFERA PARA MANUTENÇÃO. REFRIGERAÇÃO: CAPACIDADE MÍNIMA DE 32 LITROS/HORA. UNIDADE COMPRESSORA HERMÉTICA DE 1/5 HP DE ALTO RENDIMENTO. GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO (EX: R-134A, PARA PARÂMETRO DE QUALIDADE/ BEBEDOURO ESCOLAR INTEGRADO (ADULTO E INFANTIL): BEBEDOURO ESCOLAR COM CUBAS EM NÍVEIS DIFERENCIADOS PARA ATENDIMENTOS PARA ATENDIMENTO ADULTO E INFANTIL, COMPOSTO POR 04 TORNEIRAS SUPERIOR/INFERIOR. ESTRUTURA E ACABAMENTO: GABINETE E CUBAS FABRICADOS EM MATERIAL POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA (ABS OU EQUIVALENTE), COM PROTEÇÃO CONTRA RAIOS U.V. E ACABAMENTO LISO DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. DIMENSÕES DE REFERÊNCIA APROXIMADA: 800MM (L) X 400MM (P) X 860MM (A). FIXAÇÃO EM PAREDE POR SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO. SISTEMA HIDRÁULICO: TORNEIRAS SUPERIORES COM ACIONAMENTO POR SENSOR DE PRESENÇA (SEM CONTATO MANUAL) EM METAL CROMADO. TORNEIRAS INFERIORES TIPO JATO INCLINADO COM ACIONAMENTO POR BOTÃO DE PRESSÃO. TUBULAÇÃO INTERNA EM MATERIAL ATÓXICO E ISOLAMENTO TÉRMICO COMPATÍVEL. INCLUSO REGISTRO DE ESFERA PARA MANUTENÇÃO. REFRIGERAÇÃO: CAPACIDADE MÍNIMA DE 32 LITROS/HORA. UNIDADE COMPRESSORA HERMÉTICA DE 1/5 HP DE ALTO RENDIMENTO. GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO (EX: R-134A, PARA PARÂMETRO DE QUALIDADE/TECNOLOGIA E NÃO DE UMA EXIGÊNCIA). RESERVATÓRIO EM AÇO INOXIDÁVEL COM SERPENTINA INTERNA. TERMOSTATO PARA REGULAGEM ENTRE 6°C E 12°C. FILTRAGEM: SISTEMA DE TROCA RÁPIDA. DEVE GARANTIR REDUÇÃO DE CLORO (MÍN. 75%), RETENÇÃO DE PARTÍCULAS (CLASSE C) E EFICIÊNCIA BACTERIOLÓGICA MÍNIMA DE 99,9%. ELÉTRICA: TENSÃO [127V OU 220V]. CONSUMO MÁXIMO DE 200W/H. OBRIGATÓRIA CERTIFICAÇÃO INMETRO VIGENTE PARA O MODELO OFERTADO. GARANTIA: MÍNIMA DE 12 MESES. ACOMPANHA KIT COMPLETO DE INSTALAÇÃO (PARAFUSOS, BUCHAS E MANUAL).</p>	18.426,4100	5.583.202,23

009	400,0000	UNIDADE	25229	SISTEMA DE FILTRAGEM E PURIFICAÇÃO: ELEMENTO FILTRANTE PARA TRATAMENTO DE ÁGUA COM SISTEMA DE CONEXÃO POR ENCAIXE RÁPIDO OU ROSCA, DOTADO DE DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE INTERRUPTÃO DO FLUXO DE ÁGUA DURANTE A MANUTENÇÃO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO, CARVÃO ATIVADO E MINERAIS. REDUÇÃO DE CLORO LIVRE DE NO MÍNIMO 75%. RETENÇÃO DE PARTÍCULAS, TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 5°C MÍN. / 50°C MÁX. VAZÃO MÍNIMA DE 40 LITROS/HORA. É OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA O ELEMENTO FILTRANTE OFERTADO.: SISTEMA DE FILTRAGEM E PURIFICAÇÃO: ELEMENTO FILTRANTE PARA TRATAMENTO DE ÁGUA COM SISTEMA DE CONEXÃO POR ENCAIXE RÁPIDO OU ROSCA, DOTADO DE DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE INTERRUPTÃO DO FLUXO DE ÁGUA DURANTE A MANUTENÇÃO. COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO, CARVÃO ATIVADO E MINERAIS. REDUÇÃO DE CLORO LIVRE DE NO MÍNIMO 75%. RETENÇÃO DE PARTÍCULAS, TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 5°C MÍN. / 50°C MÁX. VAZÃO MÍNIMA DE 40 LITROS/HORA. É OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA O ELEMENTO FILTRANTE OFERTADO.	487,1700	194.868,00
010	207,0000	UNIDADE	25230	BEBEDOURO DE CONCRETO TRIPLA: EQUIPAMENTO PARA USO ADULTO, INFANTIL E/OU PET. CORPO CONFECCIONADO EM CONCRETO ARMADO OU MATERIAL DE DESEMPENHO EQUIVALENTE, COR A DEFINIR, ESPESSURA MÍNIMA DE 50MM. POSSUI DUAS CUBAS EM AÇO INOXIDÁVEL COM ACIONAMENTO MECÂNICO (PRESSÃO OU SIMILAR) E UMA CUBA OPCIONAL (PET) EM AÇO INOXIDÁVEL COM TORNEIRA E ACIONAMENTO POR PEDAL OU DISPOSITIVO DE ACESSIBILIDADE. EQUIPADO COM SISTEMA INTERNO PARA BOMBEAMENTO E ESCOAMENTO DE ÁGUA ENCANADA. CONCRETO PRODUZIDO COM INSUMOS DE ALTA EFICIÊNCIA PARA MEIOS AGRESSIVOS, COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO. ACABAMENTO POLIDO COM TRATAMENTO EM RESINA ACRÍLICA PARA PROTEÇÃO CONTRA FUNGOS, EROSÃO ATMOSFÉRICA E REPELÊNCIA À ÁGUA, GARANTINDO DURABILIDADE E FACILIDADE NA HIGIENIZAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.: BEBEDOURO DE CONCRETO TRIPLA: EQUIPAMENTO PARA USO ADULTO, INFANTIL E/OU PET. CORPO CONFECCIONADO EM CONCRETO ARMADO OU MATERIAL DE DESEMPENHO EQUIVALENTE, COR A DEFINIR, ESPESSURA MÍNIMA DE 50MM. POSSUI DUAS CUBAS EM AÇO INOXIDÁVEL COM ACIONAMENTO MECÂNICO (PRESSÃO OU SIMILAR) E UMA CUBA OPCIONAL (PET) EM AÇO INOXIDÁVEL COM TORNEIRA E ACIONAMENTO POR PEDAL OU DISPOSITIVO DE ACESSIBILIDADE. EQUIPADO COM SISTEMA INTERNO PARA BOMBEAMENTO E ESCOAMENTO DE ÁGUA ENCANADA. CONCRETO PRODUZIDO COM INSUMOS DE ALTA EFICIÊNCIA PARA MEIOS AGRESSIVOS, COM RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO. ACABAMENTO POLIDO COM TRATAMENTO EM RESINA ACRÍLICA PARA PROTEÇÃO CONTRA FUNGOS, EROSÃO ATMOSFÉRICA E REPELÊNCIA À ÁGUA, GARANTINDO DURABILIDADE E FACILIDADE NA HIGIENIZAÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	19.804,0000	4.099.428,00
				FREEZER HORIZONTAL DE GRANDE CAPACIDADE: EQUIPAMENTO COM VOLUME LÍQUIDO MÍNIMO DE 510 LITROS, DESTINADO À CONSERVAÇÃO E CONGELAMENTO. SISTEMA DE COMPRESSÃO DE ALTA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, PREFERENCIALMENTE COM TECNOLOGIA DE		

011	122,0000	UNIDADE	25231	<p>ROTAÇÃO VARIÁVEL OU EQUIVALENTE PARA ESTABILIDADE TÉRMICA. DUPLA FUNÇÃO (REFRIGERADOR E CONGELADOR) COM TERMOSTATO REGULÁVEL OPERANDO EM FAIXAS DE APROXIMADAMENTE -23°C A +3°C. POSSUIR FUNÇÃO DE RESFRIAMENTO RÁPIDO E PAINEL DE CONTROLE FRONTAL. ESTRUTURA COM RODÍZIOS GIRATÓRIOS 360°, TAMPA COM ALÇA ERGONÔMICA E VEDAÇÃO POR GAXETAS MAGNÉTICAS. SISTEMA DE DEGELO COM DRENO PARA ESCOAMENTO FACILITADO. DIMENSÕES DE REFERÊNCIA APROXIMADA: LARGURA 157 CM, PROFUNDIDADE 76 CM E ALTURA 90 CM. PESO APROXIMADO DE 62 KG. EXIGÍVEL CERTIFICAÇÃO DE SEGURANÇA E ETIQUETA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO INMETRO VIGENTES. ACOMPANHA MANUAL EM PORTUGUÊS E CERTIFICADO DE GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.: FREEZER HORIZONTAL DE GRANDE CAPACIDADE: EQUIPAMENTO COM VOLUME LÍQUIDO MÍNIMO DE 510 LITROS, DESTINADO À CONSERVAÇÃO E CONGELAMENTO. SISTEMA DE COMPRESSÃO DE ALTA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, PREFERENCIALMENTE COM TECNOLOGIA DE ROTAÇÃO VARIÁVEL OU EQUIVALENTE PARA ESTABILIDADE TÉRMICA. DUPLA FUNÇÃO (REFRIGERADOR E CONGELADOR) COM TERMOSTATO REGULÁVEL OPERANDO EM FAIXAS DE APROXIMADAMENTE -23°C A +3°C. POSSUIR FUNÇÃO DE RESFRIAMENTO RÁPIDO E PAINEL DE CONTROLE FRONTAL. ESTRUTURA COM RODÍZIOS GIRATÓRIOS 360°, TAMPA COM ALÇA ERGONÔMICA E VEDAÇÃO POR GAXETAS MAGNÉTICAS. SISTEMA DE DEGELO COM DRENO PARA ESCOAMENTO FACILITADO. DIMENSÕES DE REFERÊNCIA APROXIMADA: LARGURA 157 CM, PROFUNDIDADE 76 CM E ALTURA 90 CM. PESO APROXIMADO DE 62 KG. EXIGÍVEL CERTIFICAÇÃO DE SEGURANÇA E ETIQUETA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO INMETRO VIGENTES. ACOMPANHA MANUAL EM PORTUGUÊS E CERTIFICADO DE GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.</p>	11.019,4400	1.344.371,68
012	122,0000	UNIDADE	25232	<p>REFRIGERADOR TIPO FREEZER VERTICAL: EQUIPAMENTO DE REFRIGERAÇÃO VERTICAL DE UMA PORTA, VOLUME INTERNO LÍQUIDO ENTRE 220 E 260 LITROS. SISTEMA DE COMPRESSÃO COM TECNOLOGIA DE ALTO DESEMPENHO OU INVERTER PARA ESTABILIDADE TÉRMICA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CLASSE A OU SUPERIOR. SISTEMA DE DEGELO TIPO CYCLE DEFROST OU DE TECNOLOGIA COM DESEMPENHO EQUIVALENTE OU SUPERIOR, E USO DE FLUIDO REFRIGERANTE ECOLÓGICO ISENTO DE CFC. PORTA REVERSÍVEL COM PUXADOR ERGONÔMICO. ORGANIZAÇÃO INTERNA COM PRATELEIRAS E CESTOS REMOVÍVEIS EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA. GABINETE EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA DENSIDADE. DIMENSÕES NOMINAIS DE REFERÊNCIA APROXIMADA: ALTURA 165 CM, LARGURA 55 CM E PROFUNDIDADE 62 CM. EXIGÍVEL SELO DE CONFORMIDADE DE SEGURANÇA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO INMETRO. O PRODUTO DEVE ACOMPANHAR MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E TERMO DE GARANTIA TÉCNICA MÍNIMA DE 12 MESES.: REFRIGERADOR TIPO FREEZER VERTICAL: EQUIPAMENTO DE REFRIGERAÇÃO VERTICAL DE UMA PORTA, VOLUME INTERNO LÍQUIDO ENTRE 220 E 260 LITROS. SISTEMA DE COMPRESSÃO COM TECNOLOGIA DE ALTO DESEMPENHO OU INVERTER PARA ESTABILIDADE TÉRMICA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CLASSE A OU SUPERIOR. SISTEMA DE DEGELO TIPO CYCLE DEFROST OU DE TECNOLOGIA COM DESEMPENHO EQUIVALENTE OU</p>	10.002,5700	1.220.313,54

				SUPERIOR, E USO DE FLUIDO REFRIGERANTE ECOLÓGICO ISENTO DE CFC. PORTA REVERSÍVEL COM PUXADOR ERGONÔMICO. ORGANIZAÇÃO INTERNA COM PRATELEIRAS E CESTOS REMOVÍVEIS EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA. GABINETE EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO E ISOLAMENTO TÉRMICO DE ALTA DENSIDADE. DIMENSÕES NOMINAIS DE REFERÊNCIA APROXIMADA: ALTURA 165 CM, LARGURA 55 CM E PROFUNDIDADE 62 CM. EXIGÍVEL SELO DE CONFORMIDADE DE SEGURANÇA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO INMETRO. O PRODUTO DEVE ACOMPANHAR MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS E TERMO DE GARANTIA TÉCNICA MÍNIMA DE 12 MESES.		
VALOR TOTAL ESTIMADO					28.882.481,31	

15. Especificações técnicas detalhadas para cada Item:

15.1 Bebedouro industrial de coluna com capacidade de reservatório de, no mínimo, 50 litros: capacidade de atendimento para até 60 pessoas/hora ou superior. Estrutura com revestimento externo em chapa de aço inoxidável e reservatório interno em material atóxico de alta resistência e fácil higienização. Sistema de refrigeração por compressor hermético de baixo consumo, utilizando fluido refrigerante ecológico. Isolamento térmico em material de alta eficiência (poliuretano ou equivalente). Dotado de no mínimo 02 torneiras de alta vazão e aparador de água com grade para enchimento de recipientes. Sistema de filtragem de duplo estágio para retenção de partículas sólidas e redução de cloro/odores. Termostato para ajuste de temperatura. Tensão compatível com a rede local (127v ou 220v). Garantia mínima de 12 meses. O equipamento deve possuir certificação obrigatória do INMETRO.

15.1.1 Descrição e capacidade operacional:

- 15.1.1.1 Tipo:** bebedouro industrial de coluna, projetado para atendimento de alto fluxo de pessoas em ambientes públicos, escolares ou administrativos.
- 15.1.1.2 Capacidade de reservatório:** volume interno de armazenamento de, no mínimo, 50 (cinquenta) litros.
- 15.1.1.3 Desempenho de refrigeração:** capacidade de fornecimento de água gelada para o atendimento de, no mínimo, 60 (sessenta) pessoas por hora, mantendo a temperatura de saída em níveis adequados de refrescância (conforme padrões de mercado).

15.1.2 Características construtivas e materiais:

15.1.2.1 Gabinete externo: revestimento em chapas de aço inoxidável com acabamento polido ou escovado, garantindo alta resistência à corrosão e durabilidade.

15.1.2.2 Reservatório interno: confeccionado em material atóxico de alta resistência (polímero de engenharia ou aço inox), com superfícies lisas que facilitem a higienização e impeçam a proliferação de microrganismos.

15.1.2.3 Isolamento térmico: injetado em poliuretano expandido ou material de isolamento térmico de eficiência equivalente, visando a manutenção da temperatura e economia de energia.

15.1.3 Sistema de refrigeração e filtragem:

15.1.3.1 Tecnologia de refrigeração: sistema por compressor hermético de alto desempenho e baixo nível de ruído, utilizando fluido refrigerante ecológico (isento de CFC).

15.1.3.2 Controle de temperatura: termostato regulável externo ou interno de fácil acesso para ajuste da temperatura da água.

15.1.3.3 Sistema de purificação: filtragem de duplo estágio ou superior (ex: polipropileno e carvão ativado), capaz de realizar a retenção de partículas sólidas e a redução de cloro livre, odores e sabores da água. O elemento filtrante deve ser de fácil reposição.

15.1.4 Interface e acessórios:

15.1.4.1 Pontos de saída: equipado com, no mínimo, 02 (duas) torneiras de alta vazão, tipo "copo" ou "jato", fabricadas em material resistente e higiênico.

15.1.4.2 Aparador de água: cuba superior ou aparador em aço inoxidável com ralo e grade para escoamento, dimensionado para permitir o enchimento de copos e garrafas com estabilidade.

15.1.4.3 Elétrica: alimentação compatível com a rede local (127V ou 220V), conforme demanda do órgão, com cabo de força seguindo o padrão brasileiro de plugues e tomadas (NBR 14136).

15.1.5 Conformidade e garantia:

15.1.5.1 Certificação: o equipamento deve possuir, obrigatoriamente, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, atestando a segurança elétrica e a eficiência de refrigeração/filtragem.

- 15.1.5.2 Eficiência energética:** preferencialmente com classificação de eficiência energética que atenda aos requisitos de sustentabilidade da Administração.
- 15.1.5.3 Garantia:** mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com suporte técnico e peças de reposição disponíveis no território nacional.
- 15.1.5.4** Apresentar catálogo técnico do produto.
- 15.1.5.5** Apresentar todos os certificados no ato da habilitação.

15.2 Bebedouro 100 LP (3 torneiras): capacidade mínima de 100 litros no reservatório, com vazão para atendimento de no mínimo 150 pessoas/hora. Equipado com 03 torneiras em material de alta resistência e elevada vazão. Aparador de água frontal com suporte e grade para enchimento de garrafas. Revestimento externo em chapa de aço inoxidável. Reservatório em material atóxico, resistente e de fácil higienização. Isolamento térmico tipo poliuretano injetado e sistema de refrigeração por evaporador (serpentina) interna para resfriamento rápido. Uso de fluido refrigerante ecológico e motor hermético. Tensão bivolt ou configurável (127v ou 220v) com baixo consumo energético e termostato para regulação de temperatura. Dimensões aproximadas de 1484mm (a) x 703mm (l) x 644mm (p), admitindo-se variações de mercado. Potência nominal entre 250w e 500w. Sistema de filtragem de duplo estágio: retenção de partículas sólidas e redução de cloro, gosto e odor (carvão ativado), com vida útil de no mínimo 06 meses. Garantia mínima de 12 meses. Obrigatória apresentação de certificado de conformidade do inmetro.

15.2.1 Capacidade e desempenho:

- 15.2.1.1 Reservatório:** capacidade de armazenamento mínima de 100 (cem) litros de água gelada.
- 15.2.1.2 Demanda:** sistema dimensionado para atendimento de fluxo contínuo, com vazão de projeto para atender, no mínimo, 150 (cento e cinquenta) pessoas/hora.
- 15.2.1.3 Refrigeração:** sistema por compressor hermético de alta performance, utilizando gás refrigerante ecológico (isento de CFC). Isolamento térmico em poliuretano injetado e serpentina de resfriamento interna em material atóxico (cobre ou aço inox), garantindo rápido resfriamento e manutenção da temperatura.
- 15.2.1.4 Controle térmico:** termostato regulável para ajuste de temperatura da água.

15.2.2 Características construtivas:

- 15.2.2.1 Gabinete:** revestimento externo em chapa de aço inoxidável com acabamento polido ou escovado, garantindo resistência à corrosão e facilidade de higienização.
- 15.2.2.2 Pontos de saída:** equipado com, no mínimo, 03 (três) torneiras de alta vazão, confeccionadas em material metálico cromado ou polímero de engenharia de alta resistência.
- 15.2.2.3 Aparador e suporte:** aparador de água frontal em aço inox ou polímero resistente, dotado de dreno e grade de suporte que permita o enchimento direto de garrafas e recipientes de médio porte.
- 15.2.2.4 Dimensões de referência:** altura aproximada entre 1400mm e 1550mm; largura entre 550mm e 800mm; profundidade entre 550mm e 750mm. *Serão admitidas variações de mercado desde que não comprometam a capacidade do reservatório e a ergonomia de uso.*

15.2.3 Sistema de filtragem e tratamento:

- 15.2.3.1 Tecnologia:** sistema de filtragem integrado de duplo estágio (ou superior), composto por elemento de retenção de partículas sólidas (sedimentos) e elemento de carvão ativado para redução de cloro livre, odores e sabores da água.
- 15.2.3.2 Manutenção:** refil de fácil reposição, com vida útil nominal mínima de 06 (seis) meses ou capacidade de filtragem compatível com o volume de uso previsto.

15.2.4 Requisitos elétricos e de segurança:

- 15.2.4.1 Alimentação:** tensão de operação bivolt automática ou configurável (127V/220V).
- 15.2.4.2 Eficiência:** potência nominal compatível com a categoria do equipamento (entre 250W e 550W), priorizando baixo consumo de energia.
- 15.2.4.3 Certificação obrigatória:** o equipamento deve possuir, obrigatoriamente, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO (Segurança Elétrica e Eficiência de Refrigeração/Filtragem) ativo e válido.

15.2.5 Garantia e conformidade:

- 15.2.5.1** Garantia técnica mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e estruturais.
- 15.2.5.2** O produto deve ser entregue acompanhado de manual de instruções em português e relação de rede de assistência técnica autorizada.

15.2.5.3 Apresentar catálogo técnico do produto.

15.2.5.4 Apresentar todos os certificados no ato da habilitação.

15.3 Bebedouro acessível em inox com acionamento elétrico: capacidade do reservatório de no mínimo 60 litros; atendimento para até 150 pessoas/hora. Gabinete em aço inox com estrutura própria para fixação em parede, projetado para garantir a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida (PCD). Acionamento da torneira por sistema elétrico/eletrônico através de botões no painel. Revestimento externo em chapa de aço inox e reservatório em material atóxico de alta resistência. Possui evaporadora interna (serpentina) para resfriamento rápido, fluido refrigerante ecológico e motor hermético. Tensão 127v ou 220v com baixo consumo de energia e termostato para regulação de temperatura. Deve atender plenamente às normas de acessibilidade vigentes. Peso e dimensões compatíveis com a capacidade e finalidade do equipamento. Sistema de filtragem com retenção de sólidos e carvão ativado para redução de sabores e odores. Garantia mínima de 12 meses. Obrigatória apresentação de certificado do INMETRO.

15.3.1 Descrição geral e acessibilidade:

15.3.1.1 Finalidade: equipamento destinado à filtragem e refrigeração de água, projetado especificamente para garantir o acesso universal, atendendo plenamente aos requisitos de ergonomia e acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD) ou mobilidade reduzida, conforme a ABNT NBR 9050.

15.3.1.2 Fixação e estrutura: modelo suspenso com fixação em parede (acompanha suporte reforçado) ou estrutura autoportante que permita o avanço da cadeira de rodas sob o equipamento. Gabinete externo e cubas confeccionados em aço inoxidável, com acabamento isento de arestas cortantes.

15.3.2 Desempenho e refrigeração:

15.3.2.1 Capacidade do reservatório: volume interno útil de, no mínimo, 60 (sessenta) litros.

15.3.2.2 Capacidade de atendimento: dimensionado para o atendimento de fluxo intenso (referência de até 150 pessoas/hora), mantendo a temperatura da água entre 4°C e 15°C.

15.3.2.3 Sistema de refrigeração: unidade condensadora com motor hermético de alto desempenho e baixo ruído. Utilização de fluido refrigerante ecológico (livre de CFC). Sistema de resfriamento por serpentina interna em material atóxico, evitando a contaminação da água.

15.3.2.4 Controle térmico: termostato frontal ou lateral para regulação manual da temperatura.

15.3.3 Acionamento e filtragem:

15.3.3.1 Comandos: acionamento das torneiras/jatos através de sistema elétrico ou eletrônico (botões de pressão ou sensores), posicionados de forma a permitir o uso simplificado por pessoas com diferentes graus de destreza motora.

15.3.3.2 Sistema de purificação: filtro interno de tripla ou dupla etapa, com tecnologia de retenção de partículas (sólidos) e carvão ativado com prata coloidal para redução de cloro livre, sabores e odores. O elemento filtrante deve ser de fácil substituição (refil).

15.3.4 Requisitos elétricos e certificações:

15.3.4.1 Alimentação: tensão de operação de 127V ou 220V (conforme demanda do órgão), com baixo consumo de energia.

15.3.4.2 Certificação obrigatória: apresentação compulsória do Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO (Segurança Elétrica e Eficiência de Purificação), bem como atendimento às normas de grau de proteção contra umidade.

15.3.5 Garantia e suporte:

15.3.5.1 Prazo: garantia técnica mínima de 12 (doze) meses.

15.3.5.2 Acessórios: deve acompanhar kit completo de instalação (mangueiras, conexões hidráulicas e suporte de fixação).

15.3.5.3 Apresentar catálogo técnico do produto.

15.3.5.4 Apresentar todos os certificados no ato da habilitação.

15.4 Bebedouro acessível em inox (acessível/suspenso): bebedouro modelo acessível para fixação em parede, com acionamento elétrico por botões e indicação em braile, em conformidade com as normas de acessibilidade. Capacidade mínima do reservatório de 03 litros; vazão para atendimento de até 120 pessoas/hora. Gabinete e revestimento externo em aço inoxidável. Reservatório em material atóxico (P.P ou equivalente) de alta resistência e fácil limpeza. Sistema de refrigeração com evaporador interna (serpentina) para resfriamento rápido, motor hermético e fluido refrigerante ecológico (ex: R134A, para parâmetro de qualidade/tecnologia e não de uma exigência). Tensão de alimentação bivolt ou conforme demanda (127v ou 220v). Equipamento com baixo consumo de energia e regulação de temperatura. Peso líquido aproximado de 20 kg. Dimensões aproximadas admitidas (desembalado): 630mm (a) x 480mm (l) x 470mm (p).

Sistema de filtragem de duplo estágio: retenção de partículas sólidas e redução de sabores/odores (carvão ativado), com vida útil mínima de 06 meses. Garantia mínima de 12 meses. Obrigatória apresentação de certificado do INMETRO.

15.4.1 Descrição e acessibilidade:

- 15.4.1.1 Modelo:** tipo suspenso para fixação em parede, projetado especificamente para garantir a acessibilidade e o uso por pessoas com deficiência (PCD) ou mobilidade reduzida.
- 15.4.1.2 Conformidade normativa:** o equipamento deve atender integralmente aos parâmetros de ergonomia e instalação previstos na ABNT NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos).
- 15.4.1.3 Interface:** acionamento elétrico frontal ou lateral através de botões de fácil pressão, contendo identificação tátil em Braille para autonomia de usuários com deficiência visual.

15.4.2 Desempenho e refrigeração:

- 15.4.2.1 Capacidade e fluxo:** reservatório interno com volume mínimo de 03 (três) litros e sistema de refrigeração capaz de atender um fluxo de, no mínimo, 120 (cento e vinte) pessoas por hora (vazão de água gelada).
- 15.4.2.2 Tecnologia de resfriamento:** sistema por compressão com motor hermético de alto rendimento, utilizando fluido refrigerante ecológico (isento de CFC). Possuir evaporador (serpentina) em material atóxico e sistema de regulação de temperatura (termostato).
- 15.4.2.3 Eficiência energética:** baixo consumo de energia, comprovado preferencialmente por classificação de eficiência energética Selo Procel (ou equivalente de mercado).

15.4.3 Construção e materiais:

- 15.4.3.1 Gabinete:** revestimento externo e cuba em Aço Inoxidável, garantindo durabilidade, resistência à corrosão e facilidade de higienização em ambientes públicos.
- 15.4.3.2 Reservatório:** confeccionado em material polímero atóxico de alta resistência, que não altere as propriedades físico-químicas da água.
- 15.4.3.3 Dimensões de referência (desembalado):** altura entre 600mm e 680mm; Largura entre 440mm e 520mm; Profundidade entre 440mm e 500mm.

15.4.3.4 Peso: compatível com a robustez do equipamento, garantindo estabilidade na fixação em parede.

15.4.4 Sistema de filtragem:

15.4.4.1 Filtragem de duplo estágio: sistema composto por elemento filtrante para retenção de partículas sólidas (sedimentos) e carvão ativado para redução de cloro livre, sabores e odores.

15.4.4.2 Certificação: o sistema de filtragem deve atender aos requisitos da NBR 16098 (Aparelhos para melhoria da qualidade da água).

15.4.5 Requisitos de aceitabilidade e garantia:

15.4.5.1 Certificação obrigatória: apresentação de Certificado de Conformidade do INMETRO (Segurança Elétrica e Eficiência de Refrigeração/Filtragem).

15.4.5.2 Alimentação: tensão conforme demanda do órgão (127V ou 220V).

15.4.5.3 Garantia: Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

15.4.5.4 Acessórios: deve acompanhar kit completo de fixação e mangueiras para instalação hidráulica e dreno.

15.4.5.5 Apresentar catálogo técnico do produto.

15.4.5.6 Apresentar todos os certificados no ato da habilitação.

15.5 Bebedouro escolar composto por 01 torneira superior e 02 torneiras inferiores:

Construído com cuba e carenagem em material termoplástico de alta resistência (tipo ABS ou superior), na cor preta, com acabamento liso e proteção contra raios U.V. Dimensões aproximadas: 500mm x 400mm x 860mm. estrutura com reforço traseiro e fixação por suporte em metal galvanizado. Sistema hidráulico e filtragem: torneiras em metal cromado, sistema de filtragem com tecnologia de troca rápida, possuindo certificação INMETRO, retenção de partículas (classe C) e eficiência na redução de cloro livre. Mangueiras em material atóxico com isolamento térmico e registro para manutenção. Sistema de refrigeração: capacidade de refrigeração mínima de 32L/H. Equipado com compressor hermético de desempenho equivalente a 1/5 HP, compatível com tensões de 110v ou 220v. Uso de fluido refrigerante ecológico (livre de CFC). reservatório de água em aço inoxidável com serpentina interna. Termostato regulável para ajuste de temperatura (faixa de 6° a 12°C). Requisitos gerais: garantia mínima de 12 meses. O equipamento deve acompanhar kit de instalação e manual de instruções.

15.5.1 Estrutura e construção:

- 15.5.1.1 Configuração:** equipamento tipo conjugado ou de pressão, dotado de, no mínimo, 01 (uma) saída superior (tipo jato para boca) e 02 (duas) saídas frontais/inferiores (tipo torneira para copos/garrafas), visando atender diferentes estaturas e necessidades ergonômicas no ambiente escolar.
- 15.5.1.2 Gabinete:** carenagem e cuba confeccionadas em material termoplástico de engenharia de alta resistência (ABS ou polímero superior), com proteção contra raios U.V. e acabamento liso que facilite a higienização.
- 15.5.1.3 Cor:** preferencialmente em cores neutras (Preto ou Cinza), com alta resistência a riscos e impactos.
- 15.5.1.4 Dimensões de referência:** largura aproximada de 450mm a 550mm; Profundidade de 350mm a 450mm; Altura entre 800mm e 950mm (admitido-se variações que não prejudiquem a instalação e o uso por crianças).
- 15.5.1.5 Fixação:** estrutura reforçada que permita fixação segura (parede ou piso), acompanhando suporte metálico com tratamento anticorrosivo.

15.5.2 Sistema hidráulico e filtragem:

- 15.5.2.1 Componentes:** torneiras e acionadores em material metálico com acabamento cromado ou polímero de alta resistência.
- 15.5.2.2 Filtragem:** sistema de purificação de água com tecnologia de troca rápida (sem necessidade de ferramentas), possuindo obrigatoriamente Certificação INMETRO.
- 15.5.2.3 Desempenho do filtro:** classificação mínima de Retenção de Partículas (Classe C ou superior) e Eficiência na Redução de Cloro Livre, garantindo a potabilidade e ausência de odores/sabores.
- 15.5.2.4 Segurança:** mangueiras e conexões em material atóxico, com isolamento térmico interno para evitar condensação e perda de carga térmica.

15.5.3 Sistema de refrigeração e elétrica:

- 15.5.3.1 Capacidade de refrigeração:** desempenho mínimo de refrigeração de 30 L/H (trinta litros por hora), adequado para alto fluxo de usuários.
- 15.5.3.2 Tecnologia:** equipado com compressor hermético de alto desempenho e baixo ruído. Uso obrigatório de fluido refrigerante ecológico (Livre de CFC - R134a ou equivalente).
- 15.5.3.3 Reservatório:** recipiente de armazenamento de água em aço inoxidável com serpentina interna, garantindo a integridade sanitária e eficiência térmica.

15.5.3.4 Controle térmico: termostato regulável para ajuste de temperatura (faixa de operação sugerida entre 6°C e 12°C).

15.5.3.5 Tensão: alimentação bivolt automática ou com chave seletora (110V/220V).

15.5.4 Requisitos gerais e garantia:

15.5.4.1 Certificação: o equipamento deve ostentar o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO (Segurança Elétrica e Eficiência Energética).

15.5.4.2 Acessórios: deve acompanhar manual de instruções em português e kit completo para instalação hidráulica.

15.5.4.3 Garantia: mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

15.5.4.4 Apresentar catálogo técnico do produto.

15.5.4.5 Apresentar todos os certificados no ato da habilitação.

15.6 Bebedouro escolar tamanho 2: bebedouro com aproximadamente 5 torneiras superiores/inferiores com acionamento por sensor ou pressão e/ou jato inclinado. Fabricado em polímero de alta resistência (ABS ou similar), dimensões aproximadas: 1000x400x730mm. Estrutura reforçada com tampa de inspeção para manutenção. Fixação por suporte metálico com tratamento anticorrosivo. Parte hidráulica: torneiras em metal cromado, mangueiras atóxicas com isolamento térmico e conexões de engate rápido. Sistema de filtragem: refil de troca rápida, redução de cloro livre, retenção de partículas classe C e eficiência bacteriológica conforme normas vigentes. obrigatório certificação INMETRO. Refrigeração: capacidade mínima de 32L/H, Compressor hermético de potência adequado ao desempenho (ref. 1/5 HP). Tensão bivolt ou conforme demanda. Gás refrigerante ecológico. Reservatório em material atóxico ou aço inox com isolamento térmico. Garantia mínima de 12 meses.

15.6.1 Estrutura e dimensões:

15.6.1.1 Gabinete: confeccionado em polímero termoplástico de alta resistência (ABS ou polietileno de alto impacto), ou aço inoxidável com tratamento anticorrosivo, garantindo durabilidade em ambientes de uso coletivo e resistência a intempéries.

15.6.1.2 Ergonomia escolar: design projetado para atendimento infantil/escolar, com dimensões nominais de referência de aproximadamente 1000mm (altura) x 400mm (largura) x 730mm (profundidade).

15.6.1.3 Manutenção: estrutura reforçada dotada de tampa ou painel de inspeção de fácil acesso para manutenção interna e substituição de

componentes. Acompanha suporte de fixação metálica com tratamento antioxidante.

15.6.2 Sistema hidráulico e acionamento:

15.6.2.1 Pontos de saída: equipado com, no mínimo, 05 (cinco) pontos de saída de água (torneiras/jatos), distribuídos de forma a permitir o uso simultâneo, com acionamento por pressão, sensores ou sistema de jato inclinado.

15.6.2.2 Componentes: torneiras em metal cromado ou material polimérico de alta resistência mecânica; mangueiras internas atóxicas com isolamento térmico e conexões de engate rápido para evitar vazamentos.

15.6.3 Sistema de filtragem e purificação (crítico):

15.6.3.1 Certificação: obrigatoriamente certificado pelo INMETRO conforme normas vigentes de aparelhos para melhoria da qualidade da água.

15.6.3.2 Eficiência: sistema de filtragem com tecnologia de troca rápida (tipo refil), com as seguintes capacidades mínimas:

15.6.3.2.1 Retenção de partículas: Classe C (ou superior);

15.6.3.2.2 Redução de cloro livre: Aprovado;

15.6.3.2.3 Eficiência bacteriológica: Comprovada conforme normas técnicas nacionais.

15.6.4 Sistema de refrigeração e desempenho:

15.6.4.1 Capacidade de resfriamento: vazão mínima de água gelada de 32 L/H, adequada para o fluxo escolar contínuo.

15.6.4.2 Tecnologia de refrigeração: compressor hermético de alta performance, utilizando gás refrigerante ecológico (isento de CFC).

15.6.4.3 Reservatório: confeccionado em material atóxico de grau alimentício ou aço inoxidável, com isolamento térmico em poliuretano injetado ou material equivalente para manutenção da temperatura e economia de energia.

15.6.4.4 Alimentação: bivolt automático ou conforme a rede elétrica da unidade demandante.

15.6.5 Garantia e conformidade:

15.6.5.1 Garantia: mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

15.6.5.2 Normatização: o produto deve atender integralmente às normas de segurança elétrica e eficiência energética vigentes no país.

15.6.5.3 Apresentar catálogo técnico do produto.

15.6.5.4 Apresentar todos os certificados no ato da habilitação.

15.7 Bebedouro escolar composto por 07 torneiras superiores/inferiores: estrutura e carenagem em material polimérico ou similar de alta resistência, dimensões aproximadas: 1520mm (l) x 400mm (p) x 730mm (a) estrutura reforçada com tampa de inspeção frontal para manutenção. Fixação por suporte em chapa galvanizada. Sistema hidráulico e filtragem: torneiras em latão cromado com acionamento por sensor de presença e/ou tipo jato inclinado com acionamento por botão de pressão. Conexões em material atóxico com isolamento térmico e registro esfera de 1/2" para manutenção. Sistema de filtragem com troca rápida, capaz de reter partículas, redução de cloro livre e eficiência bacteriológica de no máximo 99,9%. Exigida certificação do INMETRO, sistema de refrigeração: capacidade de refrigeração mínima de 32 litros/hora. Equipado com compressor hermético de alto rendimento (mínimo 1/5 HP), compatível com tensão [110v ou 220v], com consumo máximo de 200W/H. Uso de gás refrigerante ecológico (livre de CFC). Reservatório em aço inoxidável com serpentina interna também em aço inoxidável. Termostato regulável para faixa de 5° a 15°C. Garantia e documentação: garantia mínima de 12 meses.

15.7.1 Estrutura e dimensionamento:

- 15.7.1.1 Capacidade e design:** equipamento tipo gabinete/industrial, projetado para alto fluxo, dotado de, no mínimo, 07 (sete) pontos de saída de água (torneiras superiores e/ou inferiores).
- 15.7.1.2 Construção:** carenagem em material polimérico de alta resistência (ABS ou polietileno de alto impacto), aço inoxidável ou chapa de aço com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática. Estrutura reforçada com sistema de fácil acesso para manutenção interna (tampa de inspeção).
- 15.7.1.3 Dimensões de referência:** largura aproximada de 1.500 mm, profundidade de 400 mm e altura de 700 mm a 800 mm.
- 15.7.1.4 Fixação:** sistema de fixação robusto (parede ou piso), garantindo a estabilidade do equipamento sob uso intenso.

15.7.2 Sistema hidráulico e filtragem:

- 15.7.2.1 Torneiras:** fabricadas em material resistente (latão cromado ou polímero técnico), com acionamento por pressão (botão/mola) ou sensor, garantindo o fechamento automático para evitar desperdícios. Devem incluir bicos tipo "jato inclinado" para consumo direto e/ou torneiras para enchimento de recipientes (copos/garrafas).
- 15.7.2.2 Purificação:** sistema de filtragem composto por elementos capazes de realizar a retenção de partículas sólidas (sedimentos) e a redução de

cloro livre. O sistema deve possuir tecnologia de "troca rápida" para manutenção agilizada.

- 15.7.2.3 Segurança sanitária:** eficiência bacteriológica comprovada, garantindo a potabilidade da água conforme as normas do Ministério da Saúde. O equipamento deve obrigatoriamente possuir o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO.

15.7.3 Sistema de refrigeração e desempenho:

- 15.7.3.1 Capacidade de refrigeração:** capacidade mínima de atendimento de 32 L/H de água gelada (considerando temperatura ambiente padrão).
- 15.7.3.2 Tecnologia de resfriamento:** equipado com compressor hermético de alto rendimento, silencioso e de baixo consumo energético. Utilização obrigatória de gás refrigerante ecológico (Livre de CFC - R134a ou equivalente).
- 15.7.3.3 Reservatório:** reservatório interno em aço inoxidável, com serpentina interna também em aço inoxidável ou material de alta condutividade térmica atóxico, garantindo a pureza da água e evitando a oxidação.
- 15.7.3.4 Controle térmico:** termostato regulável para ajuste da temperatura da água (faixa aproximada de 5°C a 15°C).

15.7.4 Requisitos elétricos e garantia:

- 15.7.4.1 Alimentação:** compatível com a tensão nominal da unidade demandante [110V ou 220V], com consumo energético otimizado (preferencialmente Selo Procel Classe A ou B).
- 15.7.4.2 Garantia:** mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com suporte técnico e rede de assistência autorizada.
- 15.7.4.3** Apresentar catálogo técnico do produto.
- 15.7.4.4** Apresentar todos os certificados no ato da habilitação.

- 15.8 Bebedouro escolar integrado (adulto e infantil):** bebedouro escolar com cubas em níveis diferenciados para atendimentos para atendimento adulto e infantil, composto por 04 torneiras superior/inferior. Estrutura e acabamento: gabinete e cubas fabricados em material polímero de alta resistência (ABS ou equivalente), com proteção contra raios U.V. e acabamento liso de fácil higienização. Dimensões de referência aproximada: 800mm (l) x 400mm (p) x 860mm (a). Fixação em parede por suporte em aço galvanizado. Sistema hidráulico: torneiras superiores com acionamento por sensor de presença (sem contato manual) em metal cromado. Torneiras inferiores tipo jato inclinado com acionamento por botão de pressão. Tubulação interna em material atóxico e isolamento térmico compatível. Incluso registro de esfera para manutenção. Refrigeração: capacidade mínima de 32 L/H.

Unidade compressora hermética de 1/5 HP de alto rendimento. Gás refrigerante ecológico (ex: R-134a, para parâmetro de qualidade/tecnologia e não de uma exigência). Reservatório em aço inoxidável com serpentina interna. Termostato para regulação entre 6°C e 12°C. Filtragem: sistema de troca rápida. deve garantir redução de cloro (mín. 75%), retenção de partículas (classe C) e eficiência bacteriológica mínima de 99,9%. Elétrica: tensão [127v ou 220v]. consumo máximo de 200W/H. Obrigatória certificação inmetro vigente para o modelo ofertado. Garantia mínima de 12 meses. Acompanha kit completo de instalação (parafusos, buchas e manual).

15.8.1 Estrutura e ergonomia:

- 15.8.1.1 **Configuração:** bebedouro tipo industrial/escolar com cubas em níveis diferenciados de altura, permitindo o atendimento simultâneo e acessível para público adulto e infantil (ou pessoas com mobilidade reduzida).
- 15.8.1.2 **Capacidade de atendimento:** equipado com, no mínimo, 04 (quatro) pontos de saída de água (torneiras superiores e inferiores).
- 15.8.1.3 **Gabinete:** fabricado em polímero de engenharia de alta resistência (tipo ABS ou equivalente tecnológico), com proteção contra raios UV (anti amarelamento) e acabamento liso que impossibilite o acúmulo de sujidades e facilite a higienização hospitalar/escolar.
- 15.8.1.4 **Dimensões de referência:** largura aproximada de 800mm, Profundidade aproximada de 400mm e Altura aproximada de 860mm.
- 15.8.1.5 **Fixação:** sistema de fixação suspensa (parede) por meio de suporte em aço galvanizado ou material de resistência à corrosão equivalente.

15.8.2 Sistema hidráulico e acionamento:

- 15.8.2.1 **Tecnologia de acionamento superior:** torneiras superiores dotadas de sensor de presença infravermelho (acionamento sem contato manual), visando a biossegurança e prevenção de contaminação cruzada, fabricadas em metal cromado ou material de alta durabilidade.
- 15.8.2.2 **Tecnologia de acionamento inferior:** torneiras inferiores tipo jato inclinado, com acionamento por botão de pressão hidromecânico de fácil manuseio para o público infantil.
- 15.8.2.3 **Segurança e manutenção:** tubulação interna em material atóxico. Deve possuir isolamento térmico compatível para evitar condensação externa e registro de esfera integrado para interrupção do fluxo em manutenções.

15.8.3 Sistema de refrigeração e performance:

- 15.8.3.1 Capacidade de refrigeração:** vazão mínima de água gelada de 32 L/H (trinta e dois litros por hora).
- 15.8.3.2 Unidade compressora:** sistema de refrigeração por compressor hermético de alto rendimento (potência de referência 1/5 HP ou superior).
- 15.8.3.3 Fluido refrigerante:** utilização de gás refrigerante ecológico (isento de CFC).
- 15.8.3.4 Reservatório:** reservatório interno em aço inoxidável com serpentina de refrigeração, garantindo a pureza da água.
- 15.8.3.5 Controle térmico:** termostato regulável para manutenção da temperatura entre 6°C e 12°C.

15.8.4 Filtragem e qualidade da água:

- 15.8.4.1 Sistema de filtração:** tecnologia de troca rápida (sem necessidade de ferramentas).
- 15.8.4.2 Desempenho técnico:** o elemento filtrante deve garantir, obrigatoriamente:
- 15.8.4.2.1** Redução de cloro livre (mínimo 75%);
 - 15.8.4.2.2** Retenção de partículas (Classe C ou superior);
 - 15.8.4.2.3** Eficiência bacteriológica mínima de 99,9%.

15.8.5 Elétrica e certificações:

- 15.8.5.1 Tensão:** definir 127V ou 220V conforme demanda local.
- 15.8.5.2 Eficiência energética:** consumo elétrico compatível com a categoria, visando a economia de escala.
- 15.8.5.3 Conformidade legal:** obrigatória a apresentação de Certificação INMETRO vigente (Segurança Elétrica e Saúde) para o modelo exato ofertado.

15.8.6 Acessórios e garantia:

- 15.8.6.1 Kit de Instalação:** acompanha kit completo (parafusos, buchas, mangueiras e manual de instalação em português).
- 15.8.6.2 Garantia:** mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.
- 15.8.6.3** Apresentar catálogo técnico do produto.
- 15.8.6.4** Apresentar todos os certificados no ato da habilitação.

15.9 Sistema de filtragem e purificação: elemento filtrante para tratamento de água com sistema de conexão por encaixe rápido ou rosca, dotado de dispositivo automático de interrupção do fluxo de água durante a manutenção. Composição: polipropileno, carvão ativado e minerais. Redução de cloro livre de no mínimo 75%. Retenção de partículas, temperatura de operação: 5°C mín. / 50°C máx. vazão mínima de 40 litros/hora. É obrigatória a apresentação de certificação vigente do INMETRO para o elemento filtrante ofertado.

15.9.1 Descrição e composição:

15.9.1.1 Tecnologia de filtragem: elemento filtrante por sistema de adsorção química e filtragem mecânica, composto obrigatoriamente por Polipropileno (tecnologia *Melt Blown* para retenção de resíduos sólidos), carvão ativado com prata coloidal (para controle bacteriológico e de cloração) e elementos minerais para equilíbrio do pH.

15.9.1.2 Sistema de conexão: interface de instalação do tipo encaixe rápido ou rosca universal, dotada obrigatoriamente de dispositivo de fechamento automático (válvula *shutt-off*), que interrompe o fluxo de água no momento da substituição, dispensando o fechamento do registro geral.

15.9.2 Desempenho técnico (conforme NBR 16098):

15.9.2.1 Redução de cloro livre: eficiência mínima de Classe I (redução igual ou superior a 75% do cloro livre presente na água).

15.9.2.2 Retenção de Partículas: classificação mínima de Classe C (partículas de 5 a 15 micra) ou superior, garantindo a eliminação de sedimentos, ferrugem e impurezas.

15.9.2.3 Capacidade operacional: vazão nominal mínima de 40 (quarenta) L/H, adequada para o fluxo de repartições públicas.

15.9.2.4 Limites de operação: compatibilidade com temperatura de operação entre 5°C e 50°C e pressão de rede hidráulica convencional.

15.9.3 Certificação e conformidade:

15.9.3.1 Certificação compulsória: é obrigatória a apresentação do Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO vigente para o elemento filtrante ofertado, comprovando o atendimento integral aos requisitos de saúde e segurança.

15.9.3.2 Vida útil: o elemento filtrante deve possuir vida útil nominal mínima de 2.000 (dois mil) litros ou 06 (seis) meses de uso, o que ocorrer primeiro.

15.9.4 Compatibilidade e garantia:

- 15.9.4.1** O item deve ser 100% compatível com os bebedouros/purificadores descritos neste Termo de Referência garantindo a estanqueidade e a qualidade da água sem a necessidade de adaptações técnicas que violem a garantia do equipamento principal.
- 15.9.4.2** **Garantia:** mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.
- 15.9.4.3** Apresentar catálogo técnico do produto.
- 15.9.4.4** Apresentar todos os certificados no ato da habilitação.

15.10 Bebedouro de concreto triplo: equipamento para uso adulto, infantil e/ou pet. Corpo confeccionado em concreto armado ou material de desempenho equivalente, cor a definir, espessura mínima de 50mm. Possui duas cubas em aço inoxidável com acionamento mecânico (pressão ou similar) e uma cuba opcional (pet) em aço inoxidável com torneira e acionamento por pedal ou dispositivo de acessibilidade. Equipado com sistema interno para bombeamento e escoamento de água encanada. Concreto produzido com insumos de alta eficiência para meios agressivos, com resistência à compressão. Acabamento polido com tratamento em resina acrílica para proteção contra fungos, erosão atmosférica e repelência à água, garantindo durabilidade e facilidade na higienização. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação.

15.10.1 Descrição e construção:

- 15.10.1.1 Estrutura:** equipamento de uso coletivo externo, com corpo robusto confeccionado em concreto armado de alta resistência ou material compósito de desempenho equivalente, projetado para suportar intempéries e ambientes agressivos.
- 15.10.1.2 Espessura e estabilidade:** a estrutura deve possuir espessura e densidade compatíveis com o uso em áreas públicas, garantindo estabilidade dimensional e resistência a atos de vandalismo e compressão mecânica.
- 15.10.1.3 Acabamento:** superfície com acabamento polido ou liso, recebendo tratamento com resina acrílica protetora ou selador hidrofugante, visando a proteção contra fungos, erosão atmosférica e facilitação da higienização. Cor conforme indicação do órgão demandante.

15.10.2 Funcionalidade e acessibilidade:

- 15.10.2.1 Configuração de cubas:** composto por, no mínimo, 03 (três) pontos de consumo distintos:

15.10.2.1.1 Ponto adulto: em conformidade com as normas de ergonomia.

15.10.2.1.2 Ponto infantil/acessível: posicionado em altura que atende crianças e pessoas em cadeiras de rodas, em estrita observância aos parâmetros da ABNT NBR 9050.

15.10.2.1.3 Ponto pet: cuba posicionada na base inferior do equipamento para hidratação de animais.

15.10.2.2 Componentes: as cubas devem ser confeccionadas em aço inoxidável (resistente à oxidação), com sistema de ralo e escoamento que impeça o acúmulo de água residual.

15.10.2.3 Acionamento: dispositivos de acionamento mecânico (tipo pressão, pedal ou alavanca de fácil manipulação), projetados para economia de água e acessibilidade, garantindo o uso por pessoas com mobilidade reduzida.

15.10.3 Sistema hidráulico e instalação:

15.10.3.1 Instalações internas: equipado com tubulações e conexões internas em material não corrosivo, preparadas para conexão direta à rede de água e esgoto local. O sistema deve prever facilidade de manutenção dos mecanismos de acionamento.

15.10.3.2 Fixação: projetado para fixação rígida no solo, garantindo a segurança dos usuários e a integridade do equipamento.

15.10.4 Qualidade e garantia:

15.10.4.1 Materiais: todos os insumos utilizados (cimento, agregados, aços e polímeros) devem ser atóxicos e adequados para o fornecimento de água potável.

15.10.4.2 Garantia: período mínimo de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e vícios estruturais.

15.10.4.3 Apresentar catálogo técnico do produto.

15.10.4.4 Apresentar todos os certificados no ato da habilitação.

15.11 Freezer horizontal de grande capacidade: equipamento com volume líquido mínimo de 510 litros, destinado à conservação e congelamento. Sistema de compressão de alta eficiência energética, preferencialmente com tecnologia de rotação variável ou equivalente para estabilidade térmica. Dupla função (refrigerador e congelador) com termostato regulável operando em faixas de aproximadamente -23°C a +3°C. Possui função de resfriamento rápido e painel de controle frontal. Estrutura com rodízios giratórios 360°, tampa com alça ergonômica e vedação por gavetas magnéticas. Sistema de degelo com dreno para escoamento facilitado.

Dimensões de referência aproximada: largura 157 cm, profundidade 76cm e altura 90cm. Peso aproximado de 62 kg. Exigível certificação de segurança e etiqueta de eficiência energética do INMETRO vigentes. Acompanha manual em português e certificado de garantia mínima de 12 meses.

15.11.1 Especificações técnicas e desempenho:

- 15.11.1.1 Capacidade e volume:** equipamento com volume líquido interno mínimo de 510 litros, destinado à conservação e congelamento de insumos.
- 15.11.1.2 Sistema de refrigeração:** dotado de compressor de alta eficiência energética, projetado para operação contínua com baixo nível de ruído e vibração.
- 15.11.1.3 Versatilidade (dupla função):** deve operar obrigatoriamente como refrigerador e congelador (dupla ação), possuindo termostato ajustável que contemple faixas de temperatura operacionais entre -23°C e +5°C (aproximadamente).
- 15.11.1.4 Eficiência térmica:** sistema de isolamento em poliuretano injetado de alta densidade (isento de CFC) e vedação perimetral magnética de alta aderência para manutenção da estabilidade térmica.

15.11.2 Características construtivas e ergonomia:

- 15.11.2.1 Painel e controle:** painel de controle frontal ou superior de fácil acesso, permitindo o ajuste de temperatura e a visualização do status de operação (função resfriamento rápido/congelamento).
- 15.11.2.2 Mobilidade e dreno:** estrutura dotada de rodízios giratórios que permitem movimentação 360°, facilitando o deslocamento para limpeza do ambiente. Possui dreno frontal ou lateral para escoamento de água de degelo.
- 15.11.2.3 Dimensões de referência:** largura entre 145 cm e 165 cm; profundidade entre 70cm e 85cm; altura entre 85 cm e 95 cm. Tais medidas são referenciais para adequação ao espaço físico, admitindo-se variações que não prejudiquem a litragem mínima exigida.

15.11.3 Conformidade, segurança e garantia:

- 15.11.3.1 Certificações obrigatórias:** o equipamento deve possuir, obrigatoriamente, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO (Segurança Elétrica) e Etiqueta de Eficiência Energética vigente, com classificação de consumo energético A (Selo Procel ou equivalente).

- 15.11.3.2 Alimentação:** tensão de operação conforme demanda do órgão (110V ou 220V), com cabo de alimentação seguindo o padrão brasileiro de plugues e tomadas.
- 15.11.3.3 Documentação e suporte:** acompanha manual de instruções integralmente em português.
- 15.11.3.4 Garantia:** mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com rede de assistência técnica autorizada em território nacional.
- 15.11.3.5** Apresentar catálogo técnico do produto.
- 15.11.3.6** Apresentar todos os certificados no ato da habilitação.

15.12 Refrigerador tipo freezer vertical: equipamento de refrigeração vertical de uma porta, volume interno líquido entre 220 e 260 litros. Sistema de compressão com tecnologia de alto desempenho ou inverter para estabilidade térmica e eficiência energética classe A ou superior. Sistema de degelo tipo *Cycle Defrost* ou de tecnologia com desempenho equivalente ou superior, e uso de fluido refrigerante ecológico isento de CFC. Porta reversível com puxador ergonômico. organização interna com prateleiras e cestos removíveis em material de alta resistência. Gabinete em aço com tratamento anticorrosivo e isolamento térmico de alta densidade. Dimensões nominais de referência aproximada: altura 165cm, largura 55cm e profundidade 62cm. Exigível selo de conformidade de segurança e eficiência energética do INMETRO. O produto deve acompanhar manual de instruções em português e termo de garantia técnica mínima de 12 meses.

15.12.1 Capacidade e desempenho:

- 15.12.1.1 Volume líquido:** equipamento com capacidade de armazenamento líquido situada entre 220 e 280 litros.
- 15.12.1.2 Tecnologia de refrigeração:** sistema de compressão de alto desempenho, com foco em estabilidade térmica e baixo ruído. Admitir-se-á tecnologia tipo *Inverter* ou sistema convencional de alta eficiência.
- 15.12.1.3 Eficiência energética:** obrigatoriamente com Classificação "A" (ou superior) nos testes de consumo de energia, comprovada pelo Selo Procel/INMETRO.
- 15.12.1.4 Sustentabilidade:** uso de fluido refrigerante ecológico (ex: R600a ou similar), totalmente isento de CFC (clorofluorcarboneto), em conformidade com as normas ambientais vigentes.

15.12.2 Características construtivas:

- 15.12.2.1 Gabinete:** estrutura externa em aço com tratamento anticorrosivo (pintura eletrostática ou acabamento em inox) e isolamento térmico em poliuretano injetado de alta densidade.

- 15.12.2.2 Porta:** vertical, de uma folha, com vedação magnética perimetral, puxador ergonômico e sistema que permita a reversão do sentido de abertura (porta reversível).
- 15.12.2.3 Organização interna:** configuração composta por prateleiras e/ou cestos removíveis e basculantes, fabricados em material polímero de alta resistência ou metal revestido, facilitando a higienização e a setorização de itens.
- 15.12.2.4 Sistema de degelo:** tecnologia tipo *Cycle Defrost*, *Free Frost* ou sistema de desempenho equivalente que minimize a formação de gelo e facilite a manutenção.

15.12.3 Dimensões de referência (faixas de tolerância):

- 15.12.3.1 Altura:** entre 150 cm e 175 cm.
- 15.12.3.2 Largura:** entre 48 cm e 60 cm.
- 15.12.3.3 Profundidade:** entre 60 cm e 70 cm. (As dimensões visam garantir a compatibilidade com espaços físicos padrão.)

15.12.4 Conformidade e garantia:

- 15.12.4.1 Certificação:** exigível Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO (Segurança Elétrica e Eficiência Energética) afixado no produto.
- 15.12.4.2 Documentação:** acompanha manual de instruções em Português Brasileiro e Termo de Garantia.
- 15.12.4.3 Garantia técnica:** mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com rede de assistência técnica autorizada.
- 15.12.4.4** Apresentar catálogo técnico do produto.
- 15.12.4.5** Apresentar todos os certificados no ato da habilitação.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE:

16.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 16.1.1** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 16.1.2** Realizar a entrega dos itens na forma preceituada pelo Edital de Licitação, observadas as especificações técnicas declinadas neste Termo de Referência.

- 16.1.3** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes de no mínimo: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
- 16.1.4** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 16.1.5** Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo.
- 16.1.6** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos>
- 16.1.7** É de responsabilidade da Contratada vencedora todas as despesas e encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços.
- 16.1.8** A Contratada deverá fornecer mensalmente ao CIMINAS um **relatório detalhado dos quantitativos dos itens fornecidos ou serviços executados durante o período**. Este relatório é essencial para o controle, acompanhamento da execução contratual e gestão dos recursos.
- 16.1.9** O relatório mensal deverá conter, no mínimo, as seguintes informações para cada item/serviço prestado:
- 16.1.9.1 Identificação do Item/Serviço:** Código, descrição completa e unidade de medida.
 - 16.1.9.2 Quantitativo Fornecido/Executado no Mês:** A quantidade exata de cada item entregue ou serviço realizado no período de referência.
 - 16.1.9.3 Quantitativo Acumulado no Contrato:** A soma total dos quantitativos do item/serviço desde o início da vigência do contrato.
 - 16.1.9.4 Local(is) de Entrega/Execução:** O(s) município(s) ou local(is) específico(s) onde o fornecimento/serviço ocorreu.
 - 16.1.9.5 Data(s) de Entrega/Execução:** As datas em que cada fornecimento/serviço foi realizado.
 - 16.1.9.6 Saldo Contratual (se aplicável):** A quantidade restante de cada item/serviço a ser fornecida/executada, considerando o total contratado.
- 16.1.9.6.1** O relatório deverá ser apresentado em formato digital - planilha eletrônica compatível com Microsoft Excel, até o

dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços ou fornecimento dos itens.

16.1.9.6.2 A ausência ou apresentação inadequada do relatório poderá ensejar retenção de pagamento e/ou aplicação das sanções contratuais cabíveis.

16.2 OBRIGAÇÕES

DA

CONTRATANTE

- 16.2.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital e este termo de referência.
- 16.2.2** Comunicar a empresa vencedora de todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto, rejeitando, no todo ou em parte, o bem entregue ou executado fora da especificação deste Termo de Referência.
- 16.2.3** Pagar a importância correspondente, após a entrega dos bens pela Contratada vencedora, no prazo pactuado, mediante notas fiscais, devidamente atestadas.
- 16.2.4** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 16.2.5** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 16.2.6** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 16.2.7** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- 16.2.8** Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/21, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da citada Lei, ou pelos respectivos substitutos, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 16.2.9** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda

que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

16.2.10 O representante da Administração Solicitante anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.2.11 A Administração solicitante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS:

17.1 Caberá à CONTRATADA refazer a entrega dos produtos licitados (sem ônus para a contratante) sempre que os produtos estiverem em desacordo com as especificações deste termo de referência.

18. DA GESTÃO DO CONTRATO:

18.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

18.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

18.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

18.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para

apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 18.6** As exigências e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto.
- 18.7** Será competente para acompanhar, fiscalizar, conferir e autorizar o objeto desta licitação os fiscais designados nos futuros Contratos dos respectivos municípios aderentes observados as legislações vigentes.
- 18.8** Na ocorrência de atrasos na entrega, a CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas na lei e no edital de convocação.
- 18.9** A fiscalização do objeto desta licitação ficará a cargo do município contratante, juntamente com o técnico responsável que será designado para tal finalidade, observados as legislações vigentes.
- 18.10** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor expressamente designado pelo CONTRATANTE, que, entre outras atribuições, atestar a realização do objeto em conformidade com o previsto neste instrumento.
- 18.10.1** A FISCALIZAÇÃO fica impedida de atestar a realização do objeto fora das especificações técnicas estabelecidas.
- 18.10.2** O objeto realizado em desacordo com as especificações não impede a ação fiscal posterior e retenção de pagamentos.
- 18.10.3** A fiscalização do objeto licitado incluirá, de forma contínua, a monitoração e a avaliação do cumprimento dos Níveis de Serviço (SLA) definidos, através da análise de relatórios, acesso a sistemas de gestão da Contratada e auditorias periódicas.
- 18.10.4** Qualquer deficiência ou inadequação na prestação do serviço que comprometa o SLA será devidamente notificada, registrada e poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis.

19. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

19.1 RECEBIMENTO

- 19.1.1** Os produtos e serviços serão recebidos provisoriamente, será recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 19.1.2** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 19.1.3** O Recebimento provisório será formalizado mediante a emissão de um Termo de Recebimento Provisório, que poderá conter ressalvas e exigências de ajustes a serem corrigidos pela Contratada em prazo a ser acordado. Este termo não implica aceitação final do objeto, mas apenas o início formal do período de testes e verificações mais aprofundadas.
- 19.1.4** Recebimento definitivo será formalizado mediante a emissão de um Termo de Recebimento Definitivo, que atesta o cumprimento integral de todas as especificações e condições contratuais, incluindo os requisitos técnicos, funcionais, de desempenho e segurança.
- 19.1.5** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 19.1.6** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 dias úteis.
- 19.1.7** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais ou da documentação prevista no edital.
- 19.1.8** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no

que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- 19.1.9** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 19.1.10** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 19.1.11** A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente indicar o Município onde o serviço foi executado/prestado, para fins de recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS).

19.2 LIQUIDAÇÃO

- 19.2.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 19.2.2** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 19.2.3** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 19.2.3.1** o prazo de validade;
 - 19.2.3.2** a data da emissão;
 - 19.2.3.3** os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 19.2.3.4** o período respectivo de execução da ordem de serviço;
 - 19.2.3.5** o valor a pagar;
- 19.2.4** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação,

sem ônus ao contratante.

19.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2.6 A Administração deverá realizar consulta aos órgãos competentes para:

19.2.6.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

19.2.6.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

19.2.6.3 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

19.2.6.4 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.2.6.5 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

19.2.6.6 Em relação a parte incontrovertida quanto a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

19.3 PRAZO DE PAGAMENTO

19.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

19.4 FORMA DE PAGAMENTO

19.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 19.4.2** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.4.3** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 19.4.4** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 19.4.5** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO:

20.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 20.1.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**. Conforme Art. 17, §1º da Lei nº 14.133/2021, o julgamento das propostas e lances ocorrerá antes da fase de habilitação.
- 20.1.2** A escolha do critério de julgamento por MENOR PREÇO GLOBAL fundamenta-se na natureza sistêmica e integrada do objeto da presente licitação.
- 20.1.3** Este objeto não se constitui de itens independentes a serem adquiridos de forma isolada, mas de um fornecimento padronizado em escala. A eficiência da contratação depende da uniformidade dos equipamentos adquiridos, o que garante não apenas a equidade no atendimento aos órgãos demandantes, mas também facilita a gestão de suprimentos (como a troca de filtros), o controle logístico de distribuição e o acompanhamento unificado dos prazos de garantia.
- 20.1.4** A adoção do Menor Preço Global oferece as seguintes vantagens e justificativas técnicas:

- 20.1.4.1 Garantia de Solução Integrada e Funcional:** A avaliação do preço da solução como um todo assegura que a proposta vencedora contemple a integração plena de todos os elementos necessários para o funcionamento adequado do sistema de telecomunicações. Impede que o licitante ofereça preços artificialmente baixos em itens isolados, que poderiam comprometer a qualidade ou a viabilidade técnica da solução global.
- 20.1.4.2 Responsabilidade Única e Centralizada:** Ao contratar uma solução por preço global, a Administração estabelece um único ponto de responsabilidade pela entrega, instalação, configuração, manutenção e pleno funcionamento de todo o sistema. Isso simplifica a gestão contratual e facilita a fiscalização, evitando a fragmentação de responsabilidades.
- 20.1.4.3 Otimização de Custos e Previsibilidade Orçamentária:** O Menor Preço Global permite que os licitantes desenvolvam propostas que otimizem seus próprios custos na composição da solução completa. Para a Administração, garante uma maior previsibilidade do investimento total e do custo de propriedade (TCO) da solução.
- 20.1.4.4 Celeridade na Gestão Contratual:** A gestão de um contrato com um preço global é significativamente mais simples do que a de múltiplos contratos ou de um contrato complexo com preços unitários para cada um dos itens, o que se traduz em menor burocracia e maior agilidade.
- 20.1.4.5 Foco na Performance da Solução:** O critério incentiva os licitantes a focarem na entrega de uma solução de alta performance e valor agregado.

20.2 FORMA DE FORNECIMENTO

- 20.2.1** O fornecimento do objeto será sob demanda do município aderente, e entregue a cada ordem de fornecimento expedida com os quantitativos desejados para aquela ordem, que conterà os quantitativos específicos de cada item do processo para a execução dos serviços.
- 20.2.2** A CONTRATADA deverá computar na sua proposta TODO e QUALQUER valor que seja necessário para cobrir todas as despesas oriundas das futuras ordens de fornecimento que serão emitidas pelos municípios aderentes, sendo que, conforme disposto no preâmbulo deste termo de referência.
- 20.2.3** Além dos custos operacionais, também deverão estar previstas na proposta de preços os valores referentes a despesas com mão de obra, tributos, encargos sociais, fretes, insumos, combustíveis, deslocamento de veículos e demais custos referentes ao fornecimento dos bebedouros.

21. EXIGÊNCIAS	DE	HABILITAÇÃO
-----------------------	-----------	--------------------

21.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

21.1.1 HABILITAÇÃO	JURÍDICA
---------------------------	-----------------

- 21.1.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 21.1.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 21.1.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 21.1.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 21.1.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 21.1.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 21.1.1.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de

dezembro

1971.

21.1.1.8 Documento de identificação pessoal do(s) sócio(s) administrador(es).

21.1.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

21.1.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

21.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

21.1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

21.1.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

21.1.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

21.1.2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

21.1.2.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

21.1.3 QUALIFICAÇÃO

ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 21.1.3.1** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (nas conformidades do Art. 69, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021), apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;
- 21.1.3.2** Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- 21.1.3.2.1** Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 consideradas assim como Sociedades Anônimas ou S/A:
- 21.1.3.2.1.1** Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- 21.1.3.2.1.2** Publicados em Diário Oficial; e
- 21.1.3.2.1.3** Publicados em jornal de grande circulação; ou
- 21.1.3.2.1.4** Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 21.1.3.3** Sociedades de responsabilidade limitada (LTDA):
- 21.1.3.3.1** Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou
- 21.1.3.3.2** Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- 21.1.3.3.3** Apresentada por meio do sistema público de escrituração digital-SPED, sendo comprovada a autenticação dos livros

pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, de acordo com o disposto no art. 78-A do decreto nº 1.800/1996 com a redação determinada pelo decreto nº 8.683/2019.

21.1.3.4 Sociedades criada no exercício em curso:

21.1.3.4.1 Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

21.1.3.4.2 A comprovação da boa situação financeira da licitante será confirmada por documento assinado pelo contador da licitante legalmente habilitado junto ao CRC (Conselho Regional de Contadores) demonstrando que a empresa apresenta, perante o seu último balanço patrimonial exigível, “Índice de Liquidez Geral (LG)”, “Índice de Solvência Geral (SG)” e “Índice de Liquidez Corrente (LC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Solvência Geral (SG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$SG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

Legenda:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

AT	=	Ativo	Total
----	---	-------	-------

21.2 JUSTIFICATIVA ÍNDICES CONTÁBEIS – os índices contábeis indicados neste edital são os mais utilizados nas contratações públicas e não caracterizam restrição à participação, de acordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Representação n. 775.293. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 17/03/2009; Recurso Ordinário 808.260. Rel. Conselheira Adriene Andrade. Sessão do dia 01/06/2011 Tribunal Pleno).

21.3 Declaração assinada por contador atestando os índices acima calculados.

21.4 Além das declarações do item 6.11 o licitante deve assinar no sistema eletrônico as seguintes **DECLARAÇÕES:**

21.4.1 que não incorre nas condições impeditivas do art. 14º da lei 14.133/21.

21.4.2 estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, sob as penas da lei;

21.4.3 que não possui no quadro societário, servidor público da ativa, da administração direta ou indireta da contratante e dos municípios, em atendimento à vedação disposta no inciso XII do artigo 18 da Lei Federal nº 12.708/2012, sendo da sua inteira responsabilidade a fiscalização desta vedação;

21.5 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

21.6 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

21.7 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- 21.7.1** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 21.7.2** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 21.8** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 21.9** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 21.10** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 21.11** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 21.12** As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.
- 21.13** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;
- 21.14** Após julgamento da proposta, será aberto o prazo de 2 (duas) horas para os(as) licitantes vencedores(as) para envio dos documentos de Habilitação conforme estabelecido no inciso II, Art 63 da Lei 14.133/2021.
- 21.15** Quanto aos documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, também

serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

21.16 Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro Responsável a verificação de documento cuja validade possa ser confirmada via Internet, desde que, na fase de habilitação, a sua verificação seja possível em sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo ser tais documentos juntados ao processo. Todavia, ficará sob sua inteira responsabilidade a acessibilidade aos ditos documentos, podendo a impossibilidade de realização da consulta acarretar sua inabilitação.

22. QUALIFICAÇÃO

TÉCNICA

22.1 Para garantir a qualidade, a conformidade técnica e a funcionalidade dos bebedouros a serem adquiridos em atendimento aos órgãos demandantes, as empresas participantes deste Pregão Eletrônico deverão cumprir os seguintes requisitos de qualificação técnica:

22.1.1 Atestados de Capacidade Técnica

22.1.1.1 As licitantes deverão apresentar no mínimo um (1) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante realizou a venda/entrega compatível com o objeto desta licitação, de maneira satisfatória.

22.1.1.2 O atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá vir assinado pelo representante legal da empresa emitente, devidamente comprovado, ou por seu Procurador (procuração pública).

22.1.1.3 Este atestado deve comprovar que a empresa já executou o fornecimento de bebedouros, em quantidades e características similares ou superiores às solicitadas neste Edital, para órgãos públicos ou empresas privadas.

22.1.1.4 O atestado deve conter, no mínimo:

22.1.1.4.1 Nome e CNPJ da entidade emitente.

22.1.1.4.2 Nome e CNPJ da empresa licitante.

- 22.1.1.4.3** Descrição detalhada dos itens fornecidos (tipos de equipamentos, modelos, quantidades, especificações técnicas relevantes).
 - 22.1.1.4.4** Período de execução do fornecimento.
 - 22.1.1.4.5** Declaração do responsável pela emissão atestando a boa execução dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais.
 - 22.1.1.4.6** Nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão.
 - 22.1.1.4.7** Solicitar um atestado de capacidade técnica é fundamental para verificar se a empresa licitante possui experiência prévia na execução de serviços semelhantes aos que estão sendo licitados.
- 22.1.1.5** Esta exigência garante que a empresa tenha um histórico de desempenho satisfatório e conhecimento das particularidades do serviço.
- 22.1.1.6** O CIMINAS se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre os serviços prestados, podendo solicitar cópias dos respectivos contratos, aditivos, Notas Fiscais e/ou outros documentos comprobatórios da execução dos serviços.
- 22.1.2 Comprovação de Serviços Equivalentes:** Exigir que os atestados ou certidões de capacidade técnica demonstrem serviços anteriores equivalentes ou superiores ao objeto da licitação assegura que a empresa tem a expertise necessária para lidar com características, quantidades e prazos. Isso contribui para a realização de um processo de contratação transparente e para a escolha da empresa mais qualificada para atender às necessidades dos municípios ou órgãos.
- 22.1.3** Declaração de que a empresa assume ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto da licitação, e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham a onerar quaisquer municípios pertencentes ao consórcio.

23. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

23.1 Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), a CONTRATADA deverá observar as seguintes obrigações relativas à proteção de dados pessoais durante toda a execução do contrato:

- 23.1.1** As partes deverão cumprir integralmente a LGPD quanto a todos os dados pessoais acessados em razão da licitação ou da execução contratual, desde a apresentação da proposta, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 23.1.2** Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram o seu acesso, observando os princípios da boa-fé e os fundamentos legais estabelecidos no art. 6º da LGPD.
- 23.1.3** É vedado o compartilhamento de dados pessoais com terceiros fora das hipóteses previstas na legislação vigente.
- 23.1.4** A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados, relacionados ao tratamento de dados decorrente deste contrato.
- 23.1.5** Encerrado o tratamento dos dados, conforme art. 15 da LGPD, a CONTRATADA deverá eliminá-los, salvo nas hipóteses legais do art. 16, que autorizam a guarda para cumprimento de obrigação legal ou contratual, pelo prazo necessário.
- 23.1.6** A CONTRATADA deverá promover treinamento e orientação a todos os seus empregados, prepostos e subcontratados que atuarem na execução do contrato, sobre os deveres e responsabilidades relacionados à proteção de dados pessoais.
- 23.1.7** É responsabilidade da CONTRATADA garantir que todos os sub operadores e eventuais subcontratados cumpram as disposições desta cláusula, permanecendo solidariamente responsável por qualquer descumprimento.
- 23.1.8** A CONTRATANTE poderá realizar diligências ou auditorias para aferir o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, sendo obrigatória a colaboração imediata da CONTRATADA.

- 23.1.9** O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável por justificativa aceita, quaisquer informações relativas ao tratamento dos dados pessoais, inclusive quanto à eventual eliminação ou retenção.
- 23.1.10** Os bancos de dados formados a partir deste contrato deverão estar hospedados em ambiente virtual controlado, com trilha de auditoria e registro individual rastreável de tratamento (conforme art. 37 da LGPD), garantindo interoperabilidade, segurança e rastreabilidade.
- 23.1.11** Este Termo de Referência poderá ser alterado em decorrência de recomendações ou deliberações da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), sempre que necessário à adequação normativa.
- 23.1.12** Os contratos e convênios firmados com terceiros que envolvam o tratamento de dados pessoais, conforme §1º do art. 26 da LGPD, deverão ser informados à ANPD.
- 23.1.13** Quando houver coleta de dados pessoais de usuários finais (alunos, professores ou servidores), a CONTRATADA deverá garantir os princípios da anonimização, minimização e limitação de acesso, mantendo registro estruturado de tratamento conforme art. 37 da LGPD

24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALORES ESTIMADOS POR MUNICÍPIO:

- 24.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão na dotação do município solicitante.
- 24.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 24.3** Os valores estimados de preços por município participante será para 12 (doze) meses e ou 24 (vinte e quatro) meses, caso o CIMINAS, resolva prorrogar a ATA, nas formas do artigo 84º da lei federal 14.133/2021.

Araxá/MG, 05 de maio de 2026

Elvio César Bezerra
CIMINAS

ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS, consórcio público de direito público, CNPJ 19.493.732/0001-99, com sede na Rua Antônio Alves da Costa, 300, Vila São Pedro, Araxá/MG, CEP 38183-058, neste ato representado pelo seu Presidente devidamente constituído em assembleia Sr. Frederico Ozanam Rangel, brasileiro, Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG – CEP 38805-000, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico nº 016/2026, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo Administrativo nº 029/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) _____ CNPJ _____ com sede à _____
Bairro _____ Cidade _____ CEP _____ por seu socio proprietário Sr.(a) _____,, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS EM ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DEMANDANTES

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Deverão estar incluídos no preço todos os insumos necessários para a execução do objeto desta licitação, tais como impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a avença, sem ônus adicional para a Administração.

- 2.2.** Especificação detalhada do objeto, será conforme especificada no Termo de Referência.
- 2.3.** Todos os bebedouros que serão entregues pela detentora desta Ata serão nas formalidades do Termo de Referência anexo neste edital e serão nas conformidades de cada Ordem de Fornecimento emitida por cada município aderente.
- 2.4.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de, eventualmente, algum local para prestação de serviços seja mais distante ou de difícil acesso.
- 2.5.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.
- 2.6.** Garantia e Assistência Técnica: A MARCA DO PRODUTO OFERTADO Garantia mínima de 12 meses sem limite de horas, com assistência técnica no estado de Minas Gerais comprovada por CNPJ e homologada pelo fabricante do equipamento. O atendimento deverá ser realizado in loco, no Município para onde o bem foi destinado pela CIMINAS, em prazo não superior a 72 (setenta e duas) horas e SEM QUALQUER TIPO DE CUSTO adicional para a SECRETARIA ou para o Município, vedada qualquer assistência fora da rede autorizada pelo fabricante. Durante o período de vigência da garantia, a substituição de todas as peças, componentes, insumos, produtos, óleo hidráulico, óleo lubrificante, líquido de arrefecimento deverá ser feita por produtos originais, assim como DEVERÁ OBSERVAR O DISPOSTO NO MANUAL de uso disponibilizado juntamente com os equipamentos.

3. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADO

- 3.1.** A existência de preços registrados implicará no compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, termo de referência e na proposta vencedora do certame, mas não obrigará a contratação, sendo esta, facultada aos municípios integrantes deste consórcio, ou de outros entes federativos que assim o requisitarem.
- 3.2.** O Licitante Detentor da Ata de Registro de Preços (ARP), doravante denominado CONTRATADA, estará obrigado a retirar as respectivas notas de empenhos e a celebrar o Eventual Contrato ou instrumento equivalente que poderão advir com os

órgãos participantes, doravante denominados Municípios Contratantes, nas condições estabelecida neste Termo de Referência e na própria Ata (ARP), observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação.

3.2.1. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo das penalidades aplicáveis ao caso.

3.2.2. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE.

3.3. Quando da necessidade de contratação nos termos contratuais instituídos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, os ordenadores de despesas dos Municípios, órgãos CONTRATANTES, deverão consultar ao CIMINAS (Órgão Gerenciador) através de sua COORDENADORIA DE LICITAÇÕES para obter a indicação do Licitante Detentor da ARP, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

3.4. A contratação com os fornecedores registrados nesta Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. Os órgãos e entidades poderão aderir à esta Ata de Registro de Preços na condição de não participantes do consórcio, desde que observados os requisitos previstos no artigo art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições dos arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO E/OU FORMA DE FORNECIMENTO

- 4.1. A empresa detentora da Ata de Registro de Preço deverá atentar para o cumprimento dos parâmetros solicitados e exaustivamente percorridos no Termo de Referência do processo licitatório, uma vez que, a aceitação do objeto vincula-se ao fiel atendimento das especificações contidas nele e somente serão aceitos se atenderem aos padrões exigidos e forem entregues dentro do prazo estabelecido.
- 4.2. Verificada desconformidade dos produtos fornecidos, a empresa detentora da Ata de Registro de Preço deverá efetuar as devidas correções ou substituições no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a comunicação oficial, sem ônus para o Consórcio e/ou Município, podendo ser prorrogado pelo Consórcio e/ou Município, mediante solicitação.
- 4.3. A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

5. DO PRAZO E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. O local e prazo de execução do objeto será conforme estabelecido no Termo de Referência, cujas especificações serão informadas nas ordens/autorizações de serviço, emitidas no decorrer do tempo de vigência da Ata de Registro de Preços, sendo que, a responsabilidade pelo recebimento, será do funcionário oportunamente indicado pelo município aderente.
- 5.2. Caso a empresa detentora da ata não possa cumprir com os prazos estipulados nas ordens de serviço, deverá apresentar justificativa por escrito, até 02 (dois) dias do vencimento do prazo de início da prestação de serviços descritas no objeto, ficando a critério do Consórcio e/ou Município a sua aceitação.
- 5.3. Ao não cumprir os prazos estipulados para refazimento de serviços caso ocorra sem justificativa formal aceita pelo Consórcio e/ou Município, decairá seu direito de fornecimento, sujeitando-se às penalidades previstas neste instrumento.

6. DA VALIDADE DA ATA

- 6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133/2021 contado a partir do 1º dia útil subsequente à sua publicação, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

7. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 7.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 7.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.2.** Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.
- 7.2.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.2.1.** O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.2.2.** Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 7.2.3.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.
- 7.2.4.** Caso haja a redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.
- 7.3.** No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.3.1** Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço

registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

- 7.3.2 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.
- 7.3.3 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.5. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

- 7.5.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 7.5.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 7.5.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 7.5.4.** Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.5.5.** 7.5.5.O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 7.6.1, 7.6.2, e será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.6. cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

- 7.6.1.** Por razão de interesse público;
- 7.6.2.** Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- 7.6.3.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

8.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

8.3. O(s) órgão(s) participante(s) deverá(ão) comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas nos itens 7.6.1, 7.6.2, 7.6.3 e 7.6.4 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1** As demais condições gerais do fornecimento, encontram-se definidas no Edital e seus anexos, que são parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
- 10.2** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX - XX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

CIMINAS

[Assinatura Representante(s) Legal(is) do(s) Fornecedor(es) Registrado(s)]

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

MINUTA DE CONTRATO XXX/XXX

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A
XXXXXXXXXXXX, POR INTERMÉDIO DO
(A) E

A por intermédio do(a)
....., com sede no(a), na cidade de
..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato
representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria
nº, de ... de de 20..., portador do CPF nº
e RG nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ
sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO,
neste ato representado(a) por (nome e função no
contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada
nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 029/2026 e em
observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais
legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do
Pregão Eletrônico n. 016/2026, Ata de Registro de Preço...../XXXX mediante
as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento de bebedouros, nas conformidades descritas no Termo de Referência e Planilha Orçamentária que são parte integrante desta Ata, nas condições estabelecidas no Pregão Eletrônico n. 016/2026 e Ata de Registro de Preço...../.....

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	QTDE	UNIDADE	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e Ata de Registro de Preço, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... ()
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por

ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXXX.
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

- 9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 9.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 9.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 9.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - 9.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 9.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 9.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.3. Multa:
 - 9.3.1. Moratória de% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de () dias;
 - 9.3.2. Moratória de% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - 9.3.2.1. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas

cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 9.3.2.2.** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a % do valor do Contrato.
- 9.3.2.3.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
- 9.3.2.4.** Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de % a ...% do valor do Contrato.
- 9.3.2.5.** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de....% a ...% do valor do Contrato.
- 9.3.2.6.** Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]

9.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 9.4.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.4.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.4.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- 9.4.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.4.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 9.4.6.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.4.6.2.** as peculiaridades do caso concreto;
 - 9.4.6.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.4.6.4.** os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 9.4.6.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.5.9.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 9.6.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.7.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no

Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

10.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

10.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

10.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

10.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 11.1.1. Gestão/Unidade:
- 11.1.2. Fonte de Recursos:
- 11.1.3. Programa de Trabalho:
- 11.1.4. Elemento de Despesa:
- 11.1.5. Plano Interno:
- 11.1.6. Nota de Empenho:

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO (art. 92, §1º)

15.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO